

Relatório Semestral da Administração

1º Semestre de 2026

CREDICITRUS



Índice

1	MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	06
---	---------------------------------	----

2	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	
	Assembleia Geral	08
	Conselho de Administração	08
	Diretoria Executiva	09
	Comitê de Auditoria	09
	Comitê de Remuneração	09

3	DESTAQUES DO PRIMEIRO SEMESTRE	
	Assembleia Geral Ordinária Digital 2026	10
	Ação Solidária	11
	Coordenadores Institucionais de Relacionamento	12
	Programa de Formação em Governança, Cultura e Estratégia	12
	GPTW - Melhores Empresas para Trabalhar - Agronegócio	13
	Fitch Ratings - manutenção da nota de risco de crédito AA+(bra) ...	14
	Obtenção da ISO 14001:2015 - Sistema de Gestão Ambiental	14
	Relatório de Transparência Salarial	15
	Agrishow 2026	16
	Credicitrus Club	17

4	DESEMPENHO FINANCEIRO	
	Índice de Basileia	18
	Números do Primeiro Semestre	20

5	INSTITUTO CREDICITRUS	
	Educação Financeira	24
	Empreendedorismo	24
	100 nascentes	25
	Prêmio Cooperado para um Amanhã Melhor	26
	Co-opoly	26
	Forma TI 2.0	27

6	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	28
---	---	----

7	RESUMO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DO COMITÊ DE AUDITORIA DO 1º SEMESTRE DE 2026	78
---	---	----

PROPÓSITO

“Somar forças
para gerar
prosperidade,
transformar
vidas e
desenvolver a
comunidade”.



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Maria Tereza de Souza Lima Uchôa
Presidente do Conselho de Administração



O primeiro semestre de 2026 marcou o início de um novo ciclo para a Credicitrus, com a eleição dos membros do Conselho de Administração e a renovação do compromisso com os princípios que vêm sustentando nossa trajetória de crescimento e geração de valor. Mais do que uma transição de governança, este ciclo representa a continuidade de um legado construído ao longo de décadas, orientado pelos princípios do cooperativismo, pela gestão responsável e pelo propósito de ***“Somar forças para gerar prosperidade, transformar vidas e desenvolver a comunidade”***.

Em um cenário desafiador, caracterizado por adversidades climáticas e por condições macroeconômicas marcadas por incertezas, a Credicitrus demonstrou, mais uma vez, sua capacidade de adaptação, resiliência e solidez. Seguimos focados no aprimoramento contínuo de nossos processos, produtos, serviços e modelo de relacionamento, sempre com o objetivo de sermos a melhor Cooperativa para nossos associados, entregando soluções cada vez mais relevantes para atender às suas necessidades.

Com olhar voltado para o futuro e a perenidade da Cooperativa, formamos a 2ª turma do Programa de Formação em Governança, Cultura e Estratégia, uma iniciativa destinada a preparar associados para a aquisição de conhecimentos alinhados aos

mais elevados padrões de governança. O programa reforça a importância da sucessão planejada, da renovação qualificada e da excelência em governança.

Entre os principais destaques do primeiro semestre, a realização da Assembleia Geral Ordinária Digital evidenciou um importante momento de prestação de contas e fortalecimento da participação democrática dos associados. Foram mais de 80 mil associados votantes que participaram das decisões da Cooperativa e contribuíram para o 2º princípio do cooperativismo, a Gestão Democrática. Também celebramos a conquista do 2º lugar no ranking da GPTW Melhores Empresas para se trabalhar no Agronegócio, reflexo do engajamento de nossos colaboradores e de uma cultura organizacional baseada em confiança, desenvolvimento e valorização das pessoas.

Outro marco relevante foi a obtenção da certificação ISO 14001:2015 pela implementação do Sistema de Gestão Ambiental na matriz da Credicitrus, em Bebedouro (SP), conquista que reforça nosso compromisso com a sustentabilidade, a gestão responsável dos recursos e a geração de impactos positivos para as futuras gerações.

A proximidade com os associados permaneceu como um dos pilares de nossa atuação. Com o objetivo

“Credicitrus sempre com você”, a Cooperativa marcou presença na Agrishow 2026, a maior feira do agronegócio no país. Em um estande de 500 m², recebeu visitantes, expositores e associados, oferecendo um espaço voltado à conexão, ao fortalecimento do relacionamento, à geração de negócios e à disseminação de conhecimento. Como parte da estratégia de aprimorar a experiência de nossos associados, evoluímos com a plataforma Market Club, que agora é Credicitrus Club. Mais do que uma mudança de nome, essa evolução representa um importante aperfeiçoamento tecnológico, maior conexão com a marca Credicitrus e ampliação dos benefícios oferecidos aos associados e parceiros.

A solidez financeira da Credicitrus também foi reconhecida pelo mercado por meio da classificação de rating de crédito em AA+ (bra), atribuída pela Fitch Ratings, uma das maiores agências de rating de crédito do mundo, evidenciando a robustez da nossa gestão de riscos e a segurança de nossas operações. Da mesma forma, o Índice de Basileia de 29,30% permaneceu significativamente acima dos níveis regulatórios exigidos, demonstrando elevada capacidade de absorção de riscos, segurança patrimonial e ampla capacidade para sustentar o crescimento dos negócios dos associados.

Em relação à performance dos indicadores financeiros, a Cooperativa manteve uma trajetória consistente de expansão e geração de resultados, registrando, no primeiro semestre de 2026, R\$ 18,798 bilhões em Ativos totais; R\$ 13,278 bilhões em Depósito à vista, a prazo, LCA e Poupança; R\$ 9,031 bilhões em Operações de Crédito, incluindo a CPR (Cédula de Produto Rural); R\$ 2,227 bilhões em Capital Social; R\$ 3,696 bilhões em Patrimônio

Líquido e R\$ 185,594 milhões em Resultado. Esses números evidenciam a confiança dos associados, a força do modelo cooperativista e a capacidade da Credicitrus de promover crescimento sustentável com segurança e eficiência.

Também merece destaque a relevante atuação do Instituto Credicitrus, que segue ampliando seu impacto por meio de iniciativas sociais, educacionais, ambientais e culturais. No primeiro semestre, os projetos desenvolvidos reforçaram o papel do Instituto na promoção de oportunidades e na transformação positiva da realidade de milhares de pessoas, legitimando o seu propósito de ***“Construir Oportunidades. Transformar Vidas.”***

Encerramos este semestre demonstrando que, mesmo diante de um cenário desafiador, os resultados alcançados são fruto da confiança dos nossos associados, da dedicação dos colaboradores e da atuação responsável da gestão. Seguiremos pautados pelo fortalecimento do cooperativismo de crédito, pelo desenvolvimento dos negócios dos nossos associados, pela valorização das pessoas e pelo progresso das comunidades onde estamos presentes, construindo, juntos, uma Credicitrus cada vez mais sólida e preparada para os desafios e oportunidades do futuro.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Assembleia Geral

A Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, é o órgão máximo da Cooperativa. A Assembleia Geral Ordinária deve ser realizada, obrigatoriamente, uma vez por ano, nos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social. Já a Assembleia Geral Extraordinária é convocada sempre que necessário, especialmente para deliberações que envolvam, entre outros, temas que como reforma estatutária, incorporação e mudança de objeto social.

Conselho de Administração

Com atribuições estratégicas, o Conselho de Administração é eleito pela Assembleia Geral entre associados pessoas naturais. O mandato é de 4 anos, com renovação mínima de um terço de seus membros ao final de cada período, assegurando continuidade, diversidade de visões e renovação da governança.

Composição do Conselho de Administração, eleita na Assembleia Geral Ordinária de 2026, para o mandato 2026/2030:



Maria Tereza de Souza Lima Uchôa
Presidente



Walmir Fernandes Segatto
Vice-presidente



Caio Prudente Vaz Corrêa
Membro Vogal



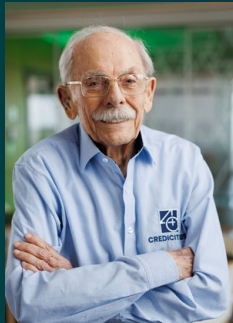
Charles A. H. Teixeira
Membro Vogal



Claudemir Strachicini
Membro Vogal



Gláucia Oliveira Perri Santos
Membro Vogal



Marcos Lourenço Santin
Membro Vogal



Maria Elisa P. dos Reis Toler
Membro Vogal



Maria Madalena Fernandes Rocha
Membro Vogal

Diretoria Executiva

Compete à Diretoria dirigir as atividades organizacionais, tomar todas as decisões necessárias relacionadas com o objeto social e à condução das operações da Cooperativa. Seus membros são eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de dois anos, sendo permitida a recondução.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria tem como objetivo assessorar o Conselho de Administração no acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras, bem como no cumprimento das normas e legislações aplicáveis ao negócio. Seus membros são eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de um ano, sendo exigido que ao menos um integrante possua comprovado conhecimento técnico em contabilidade. Adicionalmente, a permanência no Comitê observa os limites de até dez anos consecutivos para até um terço dos membros e de até cinco anos consecutivos para os demais.

Comitê de Remuneração

Assessora o Conselho de Administração na implementação, operacionalização e gestão da Política de Remuneração dos administradores e membros de comitês, além de atuar em temas relacionados ao processo sucessório dos órgãos sociais. Seus integrantes são eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de dois anos, sendo permitida a recondução até o limite de dez anos.

Composição Mandato 2026/2028



Denise T. da Silva de Almeida
Diretora-Presidente Executiva



Jonas Ferreira
Diretor Administrativo



Norival Francisco Marques Júnior
Diretor de Negócios



Thiago Francisco de Sena
Diretor de Riscos e Controles



Wagner Aparecido Alguas
Diretor Financeiro

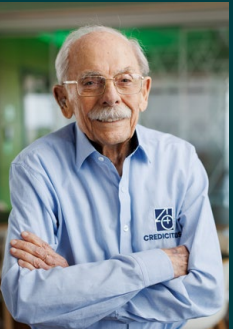
Composição Mandato 2026/2027



Maria Madalena Fernandes Rocha
Coordenadora



Claudemir Strachicini
Membro



Marcos Lourenço Santin
Membro

Composição Mandato 2026/2028



Marcelo Martins
Coordenador e membro não-administrador



Gláucia Oliveira Perri Santos
Membro



Maria Tereza de Souza Lima Uchôa
Membro

DESTAQUES DO PRIMEIRO SEMESTRE

Assembleia Geral Ordinária Digital - 2026

A Assembleia Geral Ordinária Digital (AGO) 2026 foi marcada pela expressiva participação dos associados, com o registro de mais de 80 mil associados votantes. Esse resultado representa um marco histórico para a Cooperativa e evidencia a força do modelo cooperativista, fundamentado na participação democrática, na transparência e no exercício ativo do direito de decisão.

A Credicitrus agradece mais uma vez aos associados que participaram da AGO 2026. O engajamento coletivo fortalece os princípios que sustentam a Cooperativa e reafirma o valor de uma instituição construída com participação consciente.

Mais de **80 mil** associados votantes na Assembleia 2026.



Ação Solidária

Durante a AGO 2026, foi realizada novamente uma ação solidária, reforçando o compromisso da Credicitrus e seus associados com a responsabilidade social. Ao final da votação, no Sicoob Moob, os associados puderam optar entre receber um brinde ou realizar uma doação. Como resultado dessa iniciativa, foram arrecadados cerca de 168 mil litros de produtos de limpeza, destinados a entidades sociais dos municípios onde ocorreram as votações.

A iniciativa evidencia que o cooperativismo vai além dos resultados econômicos, promovendo impacto positivo nas comunidades.



Durante a **AGO 2026** foram arrecadados cerca de

168 mil litros de produtos de limpeza.



Coordenadores Institucionais de Relacionamento

Em março, foi realizado, na matriz da Credicitrus em Bebedouro/SP, o encontro com os Coordenadores Institucionais de Relacionamento eleitos para o mandato 2026/2028. O encontro contou com a presença de 96 Coordenadores, além da participação dos Conselheiros de Administração, Sr. Marcos Lourenço Santin e Sra. Maria Tereza de Souza Lima que deram as boas-vindas os integrantes presentes.

Os coordenadores desempenham papel relevante ao atuarem como representantes da comunidade, contribuindo para o fortalecimento do relacionamento institucional e do cooperativismo.

119
Coordenadores
Institucionais de
Relacionamento
Mandato 2026/2028

Programa de Formação em Governança, Cultura e Estratégia

No dia 14 de maio, a Credicitrus realizou a formatura da segunda turma do Programa de Formação em Governança, Cultura e Estratégia, que teve início em abril de 2025. Fundamentado no 5º Princípio do Cooperativismo - Educação, Formação e Informação, o objetivo do programa é investir no desenvolvimento dos associados que constroem, todos os dias, o presente e o futuro da Cooperativa.

A iniciativa visa identificar e preparar líderes para a alta administração, promovendo a renovação qualificada dos órgãos sociais e o fortalecimento das práticas de governança. Ministrado pela Fundação Getúlio Vargas, o Programa forma associados com visão estratégica, elevado nível técnico e profunda consciência cooperativista.

GPTW - Melhores Empresas para Trabalhar do Agronegócio

A Credicitrus foi reconhecida no Ranking 2026 de Empresas do Agronegócio como uma das Melhores Empresas para Trabalhar, conquistando o 2º lugar em sua categoria. O reconhecimento é concedido pela Great Place to Work (GPTW) e demonstra a atuação da Cooperativa na valorização das pessoas.

Estar entre as melhores empresas para trabalhar no agronegócio é um motivo de orgulho para a Credicitrus e evidencia que o investimento nas pessoas é fundamental para o fortalecimento do cooperativismo e para a construção de um futuro cada vez mais promissor para o setor.

2º Lugar
no Ranking
2026 da GPTW
Agronegócio



Fitch Ratings - manutenção da nota de risco de crédito AA+(bra)

A Fitch Ratings, uma das maiores e mais conceituadas agências de classificação de crédito do mundo, manteve o rating nacional de longo prazo da Credicitrus em AA+(bra), com perspectiva estável, que significa uma qualidade de crédito extremamente alta e risco de inadimplência muito baixo. Essa classificação reflete a solidez da Cooperativa, elevada capacidade de geração de resultados, perfil de risco conservador, robusta capitalização, liquidez adequada e rentabilidade consistente, mesmo diante de um cenário econômico desafiador.

Classificação de risco de crédito AA+(bra) pela Fitch Ratings

Obtenção da ISO 14001:2015 Sistema de Gestão Ambiental

Em junho de 2026, a Credicitrus obteve a certificação ISO 14001:2015 pela implementação do Sistema de Gestão Ambiental em sua sede administrativa, em Bebedouro/SP, representando um dos mais relevantes reconhecimentos internacionais em gestão ambiental.

A certificação reflete a adoção de práticas estruturadas e alinhadas à gestão ambiental, com foco na conformidade legal e na melhoria contínua, envolvendo o cumprimento de requisitos normativos e a conscientização e engajamento dos colaboradores na incorporação de práticas ambientalmente responsáveis no cotidiano da Cooperativa.

Conquista da ISO 14001: 2015 - Sistema de Gestão Ambiental

Relatório de Transparência Salarial

Em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei 14.611/2023, a Credicitrus divulgou no primeiro semestre de 2026, o relatório de transparência salarial referente ao semestre anterior, findo em 31/12/2025. O relatório apresenta informações consolidadas sobre a composição do quadro de colaboradores por gênero; critérios adotados para remuneração e progressão de carreira; indicadores de igualdade salarial entre mulheres e homens; e ações e iniciativas voltadas à promoção da equidade e à mitigação de eventuais distorções identificadas.

O Relatório de Transparência e Igualdade Salarial de Mulheres e Homens - 1º Semestre de 2026, e os anteriores, estão disponíveis para consulta no site institucional da Credicitrus, pelo link: www.sicoobcredicitrus.com.br/demonstrativos/

Agrishow 2026

Com o objetivo “**Credicitrus sempre com você**”, a Cooperativa marcou presença na Agrishow 2026, a maior feira do agronegócio no país. Em um estande de 500m², recebeu mais de 8 mil visitantes e associados, oferecendo um espaço voltado à conexão, ao fortalecimento do relacionamento, à geração de negócios e à disseminação de conhecimento. A programação contou com palestras de renomados convidados, como Alexandre Mendonça de Barros, que abordou o tema “Macroeconomia dos mercados agrícolas brasileiro e internacional”, e Leila Ferreira, com a palestra “O nome disto é vida”.

Com condições diferenciadas de crédito rural, financiamento de veículos e sistemas de energia fotovoltaica contratados na feira, a participação consolidou a Credicitrus como agente ativo na geração de valor, conhecimento e soluções para o cooperativismo e para o agro brasileiro, com foco no compromisso histórico de atender bem as necessidades financeiras de cada associado e, principalmente, trabalhar para seu fortalecimento.



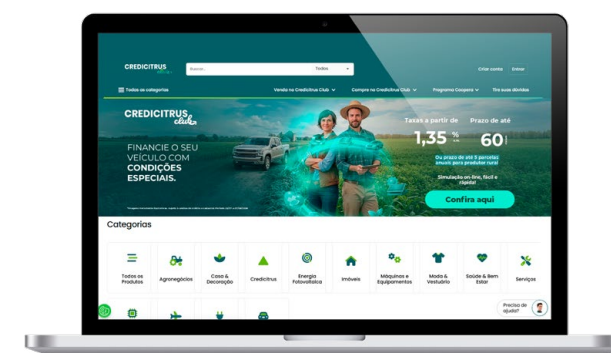
Mais de **8 mil visitantes e associados** no estande da Credicitrus na Agrishow 2026



CREDICITRUS club

A evolução da plataforma reflete o propósito de aproximar quem vende de quem compra, com mais praticidade, condições diferenciadas e ampliação de benefícios. A plataforma passou por aprimoramentos tecnológicos e de usabilidade, proporcionando uma navegação mais intuitiva e integrada, com melhor identificação do associado e acesso facilitado a benefícios, ofertas, crédito e oportunidades de negócios. A evolução consolida o Credicitrus Club como um ecossistema em constante crescimento, gerando mais valor econômico e relacional aos associados.

O Market Club agora é Credicitrus Club.



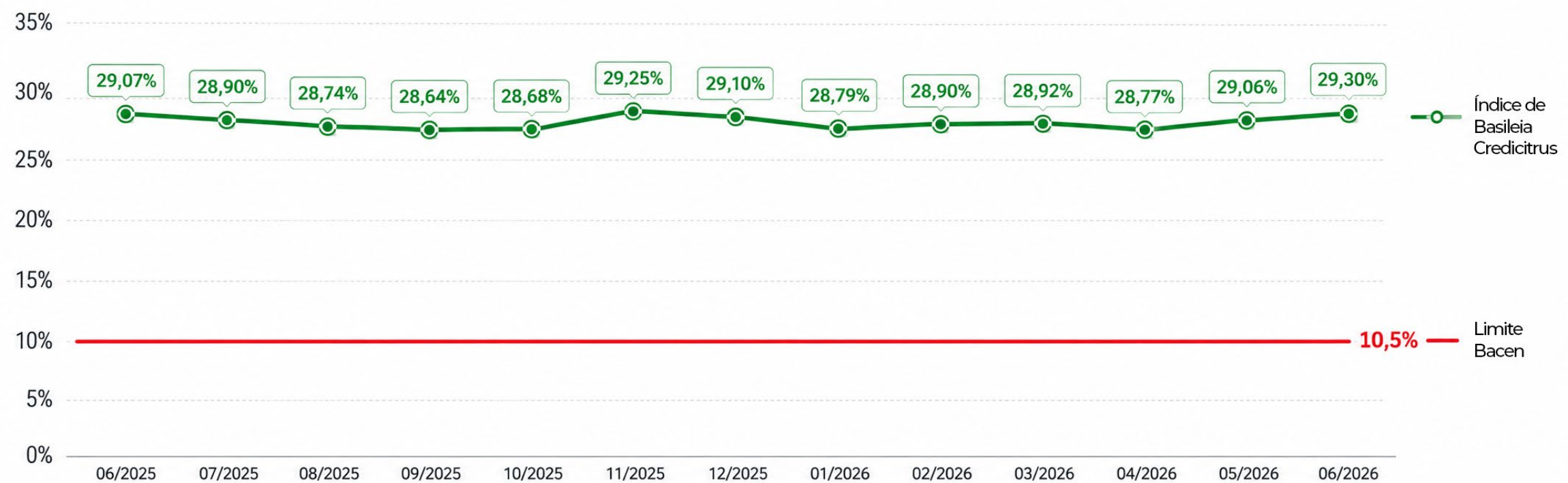
www.credicitrusclub.com.br

DESEMPENHO FINANCEIRO

Índice de Basileia

O Índice de Basileia é um dos principais indicadores da solidez financeira de uma instituição, pois demonstra sua capacidade de absorver perdas inesperadas e manter suas operações de forma segura, mesmo em cenários adversos. Quanto maior esse índice, maior a capacidade da cooperativa de crescer de maneira sustentável e segura, fortalecendo a confiança dos cooperados.

Topo histórico **29,30%**

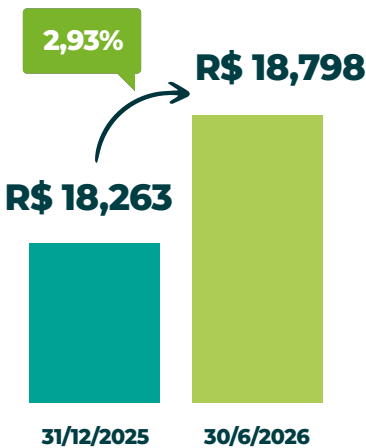


O Banco Central do Brasil estabelece um percentual mínimo regulatório para garantir a estabilidade do sistema financeiro. Limite mínimo de 10,5%

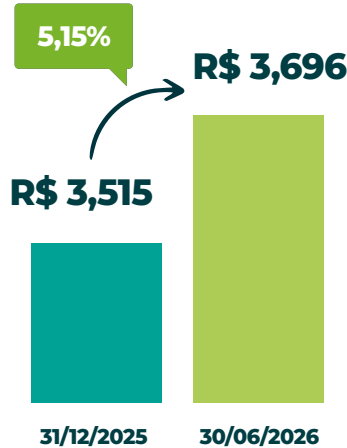
Números do Primeiro Semestre

Desempenho do 1º Semestre de 2026

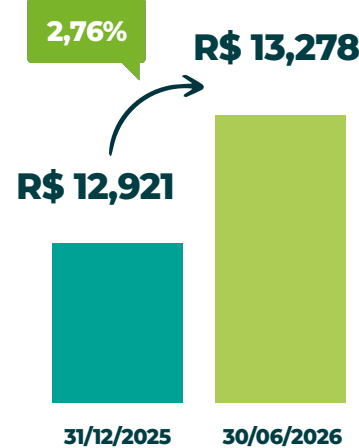
ATIVOS TOTAIS
em bilhões



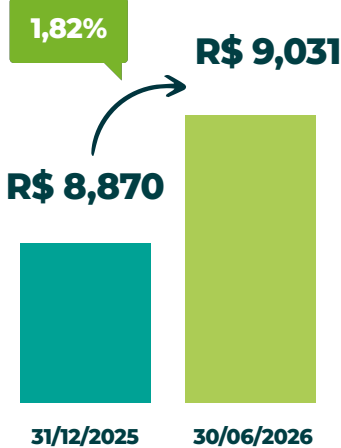
PATRIMÔNIO LÍQUIDO
em bilhões



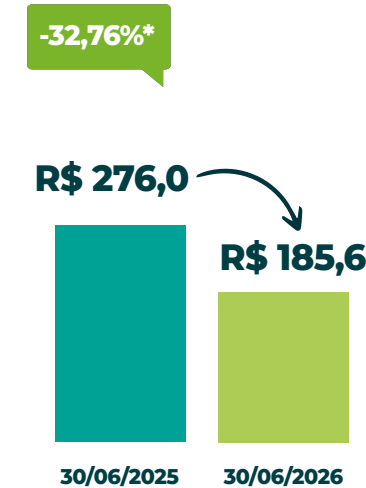
**DEPÓSITO À VISTA,
A PRAZO E LCA/POUPANÇA**
em bilhões



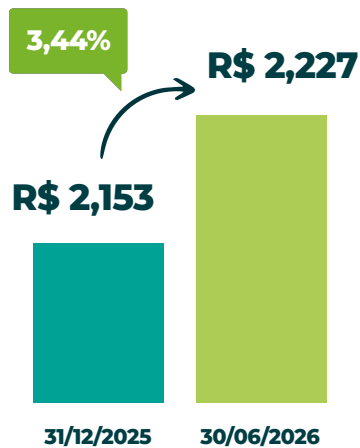
**OPERAÇÕES DE CRÉDITO
E CPR (CÉDULA DE PRODUTO
RURAL)** em bilhões



RESULTADO
em milhões



CAPITAL SOCIAL
em bilhões



* A variação do resultado em relação ao 1º semestre de 2025 reflete as medidas prudenciais adotadas pela Cooperativa para fortalecer sua segurança financeira, especialmente no que se refere às provisões para operações de crédito.

PROPÓSITO

“Construir
Oportunidades.
Transformar
vidas”.



O semestre também foi marcado pelo fortalecimento da governança institucional. A realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e as reuniões do Comitê de Investimento Socioambiental contribuíram para assegurar transparência, participação, responsabilidade e alinhamento estratégico na aplicação dos recursos e na condução das iniciativas apoiadas pelo Instituto. Esse modelo de gestão fortalece a capacidade de gerar impacto consistente e sustentável ao longo do tempo. O período também foi marcado pela posse do presidente do Instituto Credicitrus, Sr. Walmir Fernandes Segatto, e da vice-presidente, Sra. Denise T. da Silva de Almeida, em decorrência da posse do Conselho de Administração da Credicitrus, realizada em 30 de junho.

Ao longo do primeiro semestre, as iniciativas do Instituto Credicitrus foram estruturadas para promover conhecimento, ampliar perspectivas de futuro e estimular comportamentos que contribuam para a autonomia das pessoas e para o desenvolvimento coletivo. Essa atuação ocorreu por meio de parcerias estratégicas com instituições de ensino, universidades, organizações sociais, empresas e entidades de referência, fortalecendo uma rede de cooperação orientada à geração de impacto positivo.

Para conhecer mais ações
do Instituto Credicitrus, acesse:
www.institutocredicitrus.com.br

Educação Financeira

O Instituto manteve uma atuação consistente junto a crianças e jovens, reconhecendo que a construção de uma sociedade mais próspera começa pelo desenvolvimento de hábitos financeiros conscientes desde a infância. No primeiro semestre, mais de 34.970 crianças e adolescentes participaram de ações educativas realizadas em escolas e organizações sociais de aproximadamente 27 municípios da área de atuação da Credicitrus. Mobilizações como a Global Money Week, que alcançou 45 escolas, e a Semana Nacional de Educação Financeira (ENEF), que impactou 55 instituições de ensino, reforçaram a capilaridade e a relevância do programa. Mais do que transmitir conceitos financeiros, as ações estimularam reflexões sobre planejamento, consumo consciente, responsabilidade e tomada de decisão, contribuindo para a formação de cidadãos mais preparados para os desafios da vida pessoal e profissional.

+ de 34.970
crianças e adolescentes
participaram de ações
educativas.

Empreendedorismo

O Instituto consolidou uma jornada estruturada de desenvolvimento, combinando inspiração, capacitação e geração de oportunidades. Em parceria com o Sebrae, o programa Empretec formou 87 cooperados da Credicitrus, fortalecendo competências fundamentais para quem busca desenvolver ou aprimorar seus negócios. Complementando essa atuação, o projeto Despertando o Empreendedor, realizado em parceria com a Empreende Aí, ofereceu formação gratuita e inclusiva para familiares de atendidos por organizações sociais apoiadas pelo Instituto e das comunidades das cidades de Bauru (SP) e Poços de Caldas (MG). Com 100 vagas disponibilizadas e 59 concluintes, o programa trabalhou temas como gestão, vendas, marketing, finanças e desenvolvimento de negócios, criando condições para geração de renda, fortalecimento da autonomia econômica e ampliação das oportunidades de inserção produtiva.

O Programa Empretec
realizado pela
Credicitrus formou
87 associados

100 Nascentes

No Pilar Ambiental, o projeto continuou demonstrando resultados expressivos para a sustentabilidade e a segurança hídrica da região de Barretos (SP). Durante o primeiro semestre, foram recuperadas 19 nascentes, elevando a vazão total de 42.790 litros/dia para 184.957 litros/dia, um crescimento superior a 430%. Além disso, foram restaurados 26,5 hectares de Áreas de Preservação Permanente, por meio do plantio de 43.206 mudas de espécies nativas. Mais do que indicadores ambientais, esses resultados representam a recuperação de ecossistemas, a proteção dos recursos hídricos e a construção de benefícios duradouros para as futuras gerações, reforçando o compromisso do Instituto com o desenvolvimento sustentável dos territórios onde atua.

19 nascentes
recuperadas e +
de 43.200 mudas
de espécies nativas
plantadas

Prêmio Cooperando para um Amanhã Melhor

Outro importante destaque do período foi o fortalecimento do ecossistema de inovação social por meio da parceria com a Enactus Brasil. O Prêmio mobilizou equipes universitárias de diferentes regiões do país em uma jornada de desenvolvimento de projetos voltados à transformação social. A iniciativa proporcionou mentorias especializadas, acompanhamento técnico e aceleração de negócios de impacto, conectando jovens lideranças aos princípios do empreendedorismo social e do cooperativismo. Mais do que apoiar projetos, a iniciativa contribuiu para a formação de agentes de transformação capazes de desenvolver soluções sustentáveis para os desafios de suas comunidades.

Co-opoly

A Educação Cooperativista permaneceu como elemento transversal de toda a estratégia institucional. Durante o semestre, o Instituto ampliou significativamente a utilização do jogo Co-opoly como ferramenta de aprendizagem experiencial, levando a vivência cooperativista para estudantes, empreendedores, colaboradores e parceiros. As atividades foram realizadas em diferentes contextos, incluindo programas de formação, processos de integração de novos colaboradores da Credicitrus, visitas educacionais à matriz da Cooperativa e ações desenvolvidas em parceria com organizações como Sebrae, Senac, universidades e instituições sociais. Ao transformar conceitos em experiências práticas, o Co-opoly fortaleceu competências como colaboração, diálogo, responsabilidade compartilhada e tomada de decisão coletiva, contribuindo para a disseminação da cultura cooperativista como instrumento de desenvolvimento social e econômico.

Forma TI

A tecnologia também teve destaque em 2026 por meio da nova edição do programa, contando com 27 alunos em uma trilha de formação com 12 meses de duração. O programa vai além da capacitação técnica, aproximando jovens ao mercado de trabalho por meio de mentorias, workshops, vivências profissionais e desenvolvimento de projetos práticos. Durante o semestre, os participantes avançaram na construção de soluções envolvendo Inteligência Artificial, análise de dados e desenvolvimento tecnológico, ao mesmo tempo em que se conectaram com

profissionais das áreas de Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento, Gente e Cultura e Responsabilidade Social da Credicitrus.

Como resultado concreto dessa aproximação entre formação e empregabilidade, 5 participantes do Forma TI 2025 tiveram acesso a oportunidades profissionais por meio de estágios em diferentes áreas de tecnologia da Cooperativa, a partir de abril de 2026, evidenciando a capacidade do projeto de transformar aprendizado em perspectivas reais de carreira e crescimento profissional.



forma
<TI>
2.0

27 alunos
participaram do Forma TI

RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO
SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

ÍNDICE

Balço patrimonial	30
Demonstraço das sobras ou perdas	31
Demonstraço do resultado abrangente	32
Demonstraço das mutaçoões do patrimônio líquido	32
Demonstraço dos fluxos de caixa	33
Notas explicativas da administração às demonstraçoões financeiras	
1 Contexto operacional	34
2 Apresentaço das demonstraçoões financeiras	35
3 Principais polítics materiais	38
4 Caixa e equivalentes de caixa	46
5 Aplicaçoões interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros	46
6 Operaçoões de crédito, outras operaçoões com características de concessão de crédito	48
7 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	52
8 Outros ativos financeiros ao custo amortizado	54
9 Ativos fiscais, correntes e diferidos	54
10 Outros ativos	54
11 Imobilizado de uso	55
12 Intangível	55
13 Depósitos	55
14 Outros instrumentos de dívida	56
15 Relações interfinanceiras	56
16 Outros passivos	57
17 Provisões	59
18 Patrimônio líquido	61
19 Resultado de atos não cooperativos	62
20 Receitas de prestação de serviços	62
21 Despesas de pessoal	62
22 Outras despesas administrativas	63
23 Despesas tributárias	63
24 Outras despesas operacionais	63
25 Outras receitas operacionais	64
26 Despesas com provisões	64
27 Outras receitas e despesas	64
28 Resultado não recorrente	64
29 Partes relacionadas	65
30 Benefícios a empregados	67
31 Seguros contratados - não auditado	67
32 Gerenciamento integrado de riscos e de capital	68
33 Índice de Basileia	77

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE JUNHO E 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

ATIVO	NOTAS	30/06/2026	31/12/2025
		18.797.895	18.262.538
DISPONIBILIDADES	4	68.898	43.755
ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		17.071.632	17.286.524
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1	668.421	921.938
Títulos e Valores Mobiliários	5.1	3.292.401	1.728.445
Relações Interfinanceiras	5.6	4.062.951	5.743.597
Operações de Crédito	6	6.646.802	6.692.024
Outros Créditos	6	3.044.646	2.743.166
Outros Ativos Financeiros	8	24.419	21.880
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	7	(668.008)	(564.526)
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		904.750	203.404
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.2	904.750	203.404
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO		562.074	561.158
Títulos e Valores Mobiliários	5.3	562.074	561.158
ATIVOS FISCAIS, CORRENTES e DIFERIDOS	9	6.900	6.182
OUTROS ATIVOS	10	34.363	29.927
IMOBILIZADO DE USO	11	276.905	259.916
INTANGÍVEL E ÁGIO	12	34.076	21.817
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(161.703)	(150.145)
(-) Depreciação Acumulada de Ativo Imobilizado de Uso	11	(146.749)	(137.480)
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	12	(14.954)	(12.665)
TOTAL DO ATIVO		18.797.895	18.262.538
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.797.895	18.262.538
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		15.102.280	14.747.822
DEPÓSITOS	13	7.664.409	7.798.365
Depósitos à Vista		1.709.982	1.591.274
Depósito de Poupança		97.522	113.026
Depósitos Sob Aviso		1.927	1.966
Depósitos a Prazo		5.854.492	5.975.591
Outros Depósitos		486	116.508
OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA		5.613.653	5.122.910
Recursos por Emissão de Letras	14.1	5.613.653	5.122.910
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		1.516.794	1.477.846
Repasse Interfinanceiros	15.1	1.516.794	1.477.846
OUTROS PASSIVOS	16	161.486	203.110
Obrigações por Empréstimos e Repasses	16.1	29.126	21.849
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		3.698	1.347
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas	16.2	9.784	45.450
Outras Obrigações	16.3	118.878	134.464
PROVISÕES	17	145.938	145.591
Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros	17.1	19.007	21.865
Provisão para Pagamento a Efetuar		33.637	28.237
Provisão para Contingências	17.2	93.294	95.489
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.695.615	3.514.716
Capital Social	18.1	2.227.215	2.153.125
Reservas de sobras		1.304.161	1.232.110
Sobras ou perdas acumuladas		164.239	129.481
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.797.895	18.262.538

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

	NOTAS	30/06/2026	30/06/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.419.092	1.176.009
Resultado de Operações de Crédito	6.4	833.989	745.029
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5.7 b	184.697	151.929
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.7 a	95.215	90.862
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4 a	305.191	188.189
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(827.617)	(655.612)
Operações de Captação no Mercado	13.2	(740.302)	(599.432)
Operações de Empréstimos e Repasses	15.2	(87.315)	(56.180)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		591.475	520.397
PROVISÕES P/ PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	7.3	(261.781)	(114.692)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas de Operações de Crédito e Demais		(257.971)	(111.911)
Operações com Características de Cons. de Crédito			
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas de Garantias Financeiras Prestadas e Outros Compromissos		2.857	255
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas com Demais Ativos Financeiros		(6.667)	(3.036)
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		329.694	405.705
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(160.148)	(130.993)
Receitas de Prestação de Serviços	20	57.638	54.932
Despesas de Pessoal	21	(117.726)	(109.278)
Outras Despesas Administrativas	22	(88.156)	(83.955)
Despesas Tributárias	23	(2.004)	(1.930)
Outras Despesas Operacionais	24	(61.449)	(53.334)
Outras Receitas Operacionais	25	51.549	62.572
PROVISÕES		1.448	(11.425)
Provisões/Reversões para Contingências	26	1.448	(11.425)
RESULTADO OPERACIONAL		170.994	263.287
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	27	2.798	2.463
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		173.792	265.750
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	(5.579)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		-	(3.484)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		-	(2.095)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(9.553)	(8.490)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		164.239	251.681

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

	NOTAS	30/06/2026	30/06/2025
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	-	164.239	251.681
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	-	164.239	251.681

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

DESCRIÇÃO		CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	OUTRAS RESERVAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2024		1.918.193	(2.585)	1.023.614	2.960	139.909	3.082.091
Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21		-	-	-	-	(3.136)	(3.136)
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						-	-
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	18.3	-	-	81.919	-	(81.919)	-
Distribuição de sobras para associados	18.3	33.200	-	-	-	(57.990)	(24.790)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	18.1	54.141	554	-	-	-	54.695
Por Devolução (-)	18.1	(28.063)	-	(8)	-	-	(28.071)
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	-	251.681	251.681
SALDOS EM 30/06/2025		1.977.471	(2.031)	1.105.525	2.960	248.545	3.332.470

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	OUTRAS RESERVAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2025		2.155.442	(2.317)	1.231.375	735	129.481	3.514.716
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	18.3	-	-	72.715	-	(72.715)	-
Distribuição de sobras para associados	18.3	50.663	-	-	-	(56.766)	(6.103)
Outros Eventos/Reservas	18.2	-	-	(648)	-	-	(648)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	18.1	60.984	(594)	-	-	-	60.390
Por Devolução (-)	18.1	(36.963)	-	(16)	-	-	(36.979)
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	-	164.239	164.239
SALDOS EM 30/06/2026		2.230.126	(2.911)	1.303.426	735	164.239	3.695.615

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado.

	NOTAS	30/06/2026	30/06/2025
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		173.792	265.750
Distribuição de Sobras e Dividendos - Invest. Aval. Custo	25	(37.135)	(48.880)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.3	264.638	114.896
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas e Compromissos de Crédito a Liberar	7.3	(2.857)	(203)
Provisões/Reversões Não Operacionais	27	(20.328)	(2.549)
Provisões/Reversões para Contingências	26	(1.448)	11.425
Atualização de Depósitos em Garantia	25	(627)	(570)
Depreciações e Amortizações	22	13.987	10.762
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		390.022	350.631
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(447.828)	115.440
Títulos e Valores Mobiliários		(1.563.956)	577.794
Relações Interfinanceiras		15.505	-
Operações de Crédito		(91.250)	(447.653)
Outros Ativos Financeiros		(326.753)	(47.648)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(718)	(954)
Outros Ativos		15.892	(1.040)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais			
Depósitos à Vista		118.708	66.821
Depósitos sob Aviso		(39)	(20)
Depósitos a Prazo		(121.099)	(312.104)
Outros Depósitos		(131.526)	(125.905)
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		490.743	507.724
Relações Interfinanceiras		38.948	305.273
Obrigações por Empréstimos e Repasses		7.277	8.773
Outros Passivos Financeiros		16.217	(409)
Provisões		(2.072)	10.334
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		(29.023)	(17.254)
Outros Passivos		(33.606)	12.050
Imposto de Renda Pago		-	(262)
Contribuição Social Pago		(6.643)	(1.739)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(1.661.201)	999.852
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos Recebidos - Invest. Aval. Custo	25	36.219	47.675
Distribuição de Sobras da Central Recebidos - Invest. Aval. Custo	25	916	1.205
Aquisição de Intangível		(12.272)	(1.569)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(19.405)	(14.155)
Aquisição de Investimentos		(916)	(50.334)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		4.542	(17.178)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital		60.390	54.695
Devolução de Capital aos Cooperados		(36.979)	(28.071)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		(6.103)	(24.790)
Outros Eventos/Reservas		(648)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		16.660	1.834
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.639.999)	984.508
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	4	5.674.326	2.902.804
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	4.034.327	3.887.312
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.639.999)	984.508

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito Credicitrus - Sicoob Credicitrus é uma cooperativa de crédito singular, com sede em Bebedouro (SP), instituição financeira não bancária, fundada em 14 de setembro de 1983, filiada à Cooperativa Central de Crédito do ESTADO SÃO PAULO - SICOOB SÃO PAULO e componente da Confederação Nacional das Cooperativas da Sicoob - SICOOB CONFEDERAÇÃO, junto a outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pelas Leis Complementares nºs 130/2009 e 196/2022, que dispõem sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, e pelas Resoluções nºs 4.910/2021, 4.970/2021, 5.051/2022 e 5.131/2024, do Conselho Monetário Nacional, que dispõem sobre a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito e sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições.

A Sicoob Credicitrus possui Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: Aguai (SP), Agudos (SP), Altinópolis (SP), Amparo (SP), Aparecida do Taboado (MS), Araçatuba (SP), Araraquara (SP), Araras (SP), Avaré (SP), Bariri (SP), Barretos (SP), Batatais (SP), Bauru (SP), Bebedouro (SP), Birigui (SP), Borborema (SP), Botucatu (SP), Brodowski (SP), Buritizal - MG, Campinas (SP), Campos Gerais (MG), Capetinga (MG), Casa Branca (SP), Cassia (MG), Catanduva (SP), Colina (SP), Conquista (MG), Cristais Paulista (SP), Dois Córregos (SP), Fernandópolis (SP), Franca (SP), Frutal (MG), Garça (SP), Guaira (SP), Guará (SP), Holambra (SP), Ibiraci (MG), Ibitinga (SP), Igarapava (SP), Itajobi (SP), Itápolis (SP), Itatinga (SP), Itaú de Minas - MG, Itirapuã (SP), Jaguariúna (SP), Jales (SP), Jardinópolis (SP), Jaú (SP), Jose Bonifácio (SP), Jundiá (SP), Lençóis Paulista (SP), Limeira (SP), Lins (SP),

Marília (SP), Matão (SP), Mirassol (SP), Mococa (SP), Mogi Mirim (SP), Monte Alto (SP), Monte Aprazível (SP), Monte Azul Paulista (SP), Morro Agudo (SP), Nova Granada (SP), Novo Horizonte (SP), Nuporanga (SP), Olímpia (SP), Paraíso (SP), Passos (MG), Patrocínio (MG), Patrocínio Paulista (SP), Paulínia (SP), Pedregulho (SP), Penápolis (SP), Pereira Barreto (SP), Pindamonhangaba (SP), Pirangi (SP), Pirassununga (SP), Pitangueiras (SP), Poços de Caldas (MG), Porto Ferreira (SP), Ribeirão Preto (SP), Rio Claro (SP), Sales Oliveira (SP), Santa Adélia (SP), Santa Cruz das Palmeiras (SP), Santa Fé do Sul (SP), Santo Antônio da Alegria (SP), São Carlos (SP), São José da Bela Vista (SP), São José do Rio Preto (SP), São José dos Campos (SP), São Manuel (SP), São Paulo (SP), Tabatinga (SP), Taiuva (SP), Tambaú (SP), Taquaritinga (SP), Taubaté (SP), Uberaba (MG), Uberlândia (MG), Urupês (SP), Varginha (MG), Viradouro (SP) e Vista Alegre do Alto (SP).

A Sicoob Credicitrus tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, visando a fomentar o cooperativismo, por meio da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito;
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando a preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). Estão apresentadas em conformidade com as diretrizes da Lei nº 6.404/1976, que regulamenta as sociedades por ações, bem como as alterações introduzidas pelas legislações subsequentes, como a Lei nº 11.638/2007, que trouxe importantes modificações em relação à estruturação das projeções financeiras, e a Lei nº 11.941/2009, que aprimorou a transparência e a relevância das informações contábeis. Adicionalmente, foram consideradas as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009 e 196/2022. Também foram observadas a Resolução CMN nº 4.818/2020, que estabelece diretrizes contábeis, e suas alterações subsequentes, a Resolução CMN nº 5.185/2024 e a Resolução CMN nº 4.924/2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116/2024. Por fim, foram consideradas as diretrizes da Resolução BCB nº 2/2020, atualizada pela Resolução BCB nº 367/2024.

A aprovação e emissão das Demonstrações Financeiras aqui apresentadas foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 28 de agosto de 2026.

b) Convergência às normas internacionais de contabilidade.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, novas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme a tabela a seguir com as normas recepcionadas:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN nº
CPC 00 (R2)	4.924/2021
Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	
CPC 01 (R1)	4.924/2021
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	
CPC 03 (R2)	4.818/2020
Demonstração dos Fluxos de Caixa	
CPC 04 (R1)	4.534/2016
Ativo Intangível	
CPC 05 (R1)	4.818/2020
Divulgação sobre Partes Relacionadas	
CPC 06 (R2)	4.975/2021
Operações de Arrendamento Mercantil	
CPC 10 (R1)	3.989/2011
Pagamento Baseado em Ações	
CPC 23	4.924/2021
Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	
CPC 24	4.818/2020
Evento Subsequente	
CPC 25	3.823/2009
Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	
CPC 27	4.535/2016
Ativo Imobilizado	
CPC 28	4.967/2021
Propriedade para investimento	
CPC 33 (R1)	4.877/2020
Benefícios a Empregados	
CPC 41	4.818/2020
Resultado por Ação	
CPC 46	4.924/2021
Mensuração do Valor Justo	
CPC 47	4.924/2021
Receita de Contrato com Cliente	

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB, quando aplicáveis à esta Cooperativa, foram empregados em sua integridade na elaboração destas demonstrações financeiras. Os impactos de divulgação requeridos pelas Resolução CMN 4.966/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.244/2025 e Resolução BCB 352/2023, estão refletidos nas demonstrações deste período.

c) Moeda Funcional e apresentação.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que constituem a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas estão expressos em milhares de Reais (R\$ mil), exceto quando indicado de forma diversa.

2.1 MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÃO

a) Mudanças em vigor

• **Resolução CMN n.º 4.966/2021** - Instrumentos Financeiros e normativos relacionados, estabelece a designação e reconhecimento contábil de hedge e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, sendo efetivas a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma;

• **Resolução BCB n.º 513/2025**, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis a serem observados pelas administradoras de consórcio, pelas instituições de pagamento, pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e pelas sociedades corretoras de câmbio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na mensuração, no reconhecimento, na baixa e na evidenciação contábeis de ativos e de passivos de sustentabilidade e sobre a evidenciação em notas explicativas de informações adicionais relacionadas aos ativos e passivos de sustentabilidade a ser observada pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2027.

• **Lei Complementar n.º 214/2025**, que regulamenta a Emenda Constitucional n.º 132/2023, instituiu a Reforma Tributária. Em decorrência da promulgação e do avanço do processo de regulamentação da Reforma Tributária

sobre o consumo, que estabelece a substituição gradativa de tributos atuais por um sistema dual composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), o Sicoob vem acompanhando as alterações normativas, seus atos infraleais e os respectivos efeitos potenciais sobre as operações, processos e sistemas da Cooperativa.

Considerando o estágio atual de implementação, o Sicoob vem conduzindo, para o próximo exercício, um plano de adequação voltado: (i) à revisão de processos de faturamento e contratação com fornecedores; (ii) à avaliação de impactos sobre o preço e a estrutura de custos dos serviços oferecidos; (iii) avaliação sobre eventuais necessidades de emissão de nota fiscal de serviço; (iv) mapeamento e classificação das operações para fins de apuração e escrituração em eventuais obrigações acessórias; e (v) à atualização de sistemas, cadastros fiscais e parametrizações para captura, conciliação e suporte à apuração de créditos e débitos, quando aplicável.

Entre os principais temas em avaliação, destacam-se:

- a) impactos nos serviços oferecidos, inclusive pela eventual necessidade de adequações contratuais para refletir a forma de destaque e repasse de CBS / IBS nas notas fiscais e documentos fiscais equivalentes;
- b) procedimentos de apuração e controle de créditos tributários, observadas as regras de não cumulatividade e os requisitos de documentação e escrituração;
- c) adequações operacionais e de compliance, envolvendo governança de dados fiscais, trilhas de auditoria,

conciliações e controles internos; e

d) potenciais efeitos sobre apresentação, notas explicativas e divulgações, na medida em que evoluam as definições regulatórias e as orientações de órgãos competentes.

Na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar com confiabilidade os efeitos financeiros líquidos da Reforma Tributária para o próximo exercício, uma vez que parte relevante do arcabouço regulatório e operacional ainda se encontra em fase de detalhamento e implementação, podendo sofrer alterações. O Sicoob seguirá acompanhando a evolução normativa e, quando aplicável, refletirá os impactos na mensuração, no reconhecimento e/ou na divulgação contábil de forma prospectiva, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a regulamentação aplicável.

Por fim, a **Resolução CMN n.º 5.281/2026** estabelece os critérios a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil no reconhecimento, na mensuração e na evidenciação contábeis de ativos virtuais de que trata o artigo 3º da Lei n.º 14.478, de 21 de dezembro de 2022. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2027.

2.2 Continuidade Operacional

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa manter sua continuidade operacional pelo período mínimo de doze meses após a data-base destas demonstrações financeiras, conforme requerido pelas práticas contábeis

aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelas normas profissionais vigentes de auditoria independente.

Com base nas informações disponíveis, nos planos de negócios, na liquidez disponível e na expectativa de geração de resultados futuros, a Administração conclui **que não existem incertezas** relevantes que possam levantar dúvidas significativas sobre a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas **utilizando a base contábil de continuidade operacional**, conforme previsto no arcabouço regulatório aplicável às cooperativas de crédito.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS MATERIAIS

3.1 Efeitos Tributários Cooperativas

Em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, para as cooperativas, não há efeitos tributários a serem registrados, dado que a Lei nº 14.467/2022 não é aplicável. Os critérios contábeis estabelecidos pela referida resolução foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

3.2 Operações de Crédito Cedidas

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros, objeto da cessão, permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

3.3 Apuração do Resultado

Os ingressos / receitas e os dispêndios / despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados, ou cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

3.4 Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos, os quais são

revisadas no mínimo, anualmente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas associadas ao risco de crédito, as provisões para ajuste dos ativos não financeiros ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dessas estimativas e premissas em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central Sicoob SP e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição. São utilizadas pelo Sicoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Nota 4.

3.6 Instrumentos Financeiros

I. Classificação dos instrumentos financeiros

Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas para administração dos ativos financeiros. As cooperativas administram e classificam os ativos financeiros em um dos três modelos/categorias descritas a seguir:

Modelo de Negócio 1: manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;

Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros para o recebimento dos respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Modelo de Negócio 2: gerar retorno, tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda do Ativo Financeiro.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo

objetivo é gerar retorno, tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda do ativo financeiro, com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Modelo de Negócio 3: outros modelos de negócios.

Valor Justo no Resultado: utilizado para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação, em cada uma das categorias de mensuração, depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (somente Pagamento de Principal e Juros - Teste SPPJ).

Para determinar o modelo de negócios, a Cooperativa avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, por: i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros; ii) pela venda; ou por iii) ambos. Para isso, são consideradas, entre outras, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;
- e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ, a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

A Cooperativa não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos e passivos financeiros, de mensuração ao valor justo no reconhecimento inicial, para os ativos financeiros, quando essa designação resulta em informação mais relevante para a entidade, pois elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre

eles em diferentes bases.

II. Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

Custo amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente, são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “Receitas de juros”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “Despesas de juros”, ao longo do prazo do respectivo contrato.

Ao valor justo em outros resultados abrangentes: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente, são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido, intitulado “Ajuste de avaliação patrimonial”, até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica “Receitas de juros”. Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial: são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado na rubrica “Resultado líquido de juros”, no período em que ocorrem.

III. Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros do Sicoob serão categorizados

conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

Instrumentos Financeiros - Nível 1: o valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço;

Instrumentos Financeiros - Nível 2: o valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2;

Instrumentos Financeiros - Nível 3: se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

IV. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa. Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

3.7 Derivativos

No período findo em 30 de junho de 2026, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

3.8 Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo:

- Receita com tarifas e taxas atreladas à concessão das operações;

- Despesa com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações);

- Despesa com comissões e portabilidade de operações.

Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB 352/2023, a Cooperativa optou em utilizar a “metodologia diferenciada linear” para operações de crédito e com características de crédito.

O Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN n.º 4.966/2021, adotou de forma prospectiva a TJEO e passou a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas foram incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

3.9 Suspensão dos Juros (stop accrual)

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático - Estágio 3), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN n.º 2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove) dias.

Dentre os critérios para marcação de ativo problemático, inclui-se operações com atraso superior a 90 (noventa) dias, além da identificação de evidências qualitativas que indiquem deterioração relevante da capacidade de pagamento. Nessa avaliação são considerados aspectos como dificuldades financeiras do cooperado, concessão de reestruturações com descontos significativos, situações de recuperação judicial ou extrajudicial, falência decretada, existência de medidas judiciais que afetem a recuperabilidade e demais elementos que indiquem risco elevado de inadimplência ou perda.

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB n.º 42.403/2024, a Cooperativa realizou, em 31 de dezembro de 2024, os ajustes necessários na posição de suspensão de juros (stop accrual), de forma a assegurar plena aderência aos critérios prudenciais aplicáveis à caracterização de ativos problemáticos estabelecidos na regulamentação vigente.

3.10 Provisão para Perdas

I. Visão Geral

A Cooperativa realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Completa, de acordo com os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.966/2021 e BCB n.º 352/2023 para:

- Aplicações interfinanceiras de liquidez;
- Títulos e valores mobiliários;
- Operações de créditos;
- Outros ativos financeiros; e
- Exposições “off-balance” (que gerem risco de crédito).

II. Estágios

A Cooperativa aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da originação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas;

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro (lifetime);

Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em default). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre:

A Perda Esperada (PE), calculada com base nos dados observados estatísticos da Cooperativa; ou

O piso de Estágio 3, determinado pela Resolução BCB n.º 352/2023 (anexo 1 da normativa - “Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos”).

III. Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de default para sua vida toda. Originalmente, quando a operação é concedida pela Cooperativa, é registrada em estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, a Cooperativa avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, a operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático, são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de default), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos que devem ser considerados como estágio 2 são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso em 30 dias (limitado a 60 dias).

Todos os contratos que têm evidência de problema de recuperação de crédito devem estar em estágio 3. Essencialmente, a marcação de ativo problemático é dada quando um contrato atinge atraso de pagamento da dívida acima de 90 dias, marcação de reestruturação ou quando o associado possui características que evidenciem dificuldade de pagamento, como quando ele está em situação de recuperação judicial.

IV. Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa a gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e

engloba a avaliação de três parâmetros:

Probabilidade de default (PD): a PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplemento em uma janela de tempo determinada;

Perda dada ao default (LGD): a LGD é o percentual esperado de perda de um associado dado o default. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito da Cooperativa, para que consiga por meio de modelos, mensurar a probabilidade esperada de perda, dada a contratação/renovação de contratos e associados, podendo estender análises específicas para os diferentes tipos de garantias, percentual de cobertura das garantias, entre outras informações do associado.

Exposição ao default (EAD): é a exposição na data da inadimplência.

Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966/2021, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos, preparar e antecipar as instituições na avaliação de impactos em eventos extremos (cenários sob estresses). Em outras palavras, as variáveis forward looking funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

3.11 Ativos Financeiro com Problema de Recuperação de Crédito

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando:

- Ocorrer atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;
- Se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais;
- Todas as operações enquadradas como reestruturadas. É considerada reestruturação uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, as operações de uma mesma contraparte ou de grupo econômico, são arrastadas, na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização, para Estágio 3.

Poderá não ocorrer o efeito arrasto nas ocasiões em que a Instituição apresentar os seguintes critérios:

- Operações cujo gerenciamento do risco de crédito é realizado de forma massificada;
- Instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito.

A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático quando são observadas evidências de melhora na capacidade de pagamento da contraparte. Especificamente, considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático após a realização de pagamentos consecutivos, sem atrasos, até que seja atingido um percentual mínimo do saldo devedor, conforme critérios internos definidos com base nas diretrizes da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Essa reclassificação é condicionada à ausência de parcelas vencidas, ao cumprimento das obrigações contratuais e à evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem dependência da execução de garantias ou colaterais. Os ativos financeiros são baixados do balanço patrimonial quando não há expectativa razoável de recuperação de seu valor, total ou parcial. Essa baixa decorre do reconhecimento de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme previsto no artigo 49 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

A avaliação da necessidade de baixa considera evidências objetivas de perda, incluindo, mas não se limitando a: inadimplência prolongada ou ausência de perspectivas de recuperação após esgotadas as medidas de cobrança e recuperação, inclusive aquelas envolvendo garantias e colaterais.

A instituição adota integralmente os critérios estabelecidos no § 4º do artigo 3º da Resolução CMN nº 4.966/2021 para a reclassificação de ativos financeiros anteriormente identificados como com problema de recuperação de crédito.

Para que um ativo deixe de ser enquadrado nessa condição, devem ser atendidos, de forma cumulativa, os seguintes requisitos:

- Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- Manutenção de pagamentos pontuais do principal e encargos por período suficiente para evidenciar melhora significativa na capacidade financeira da contraparte;
- Cumprimento das demais obrigações contratuais pelo mesmo período;
- Existência de evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem a necessidade de execução de garantias ou colaterais.
- A aplicação desses critérios visa assegurar que a reclassificação reflita de forma fidedigna a real capacidade de recuperação do crédito pela instituição, em consonância com as melhores práticas.

3.12 Imobilizado de Uso

Está composto por equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. Esses bens são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas conforme a vida útil estimada dos bens.

3.13 Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas conforme a vida útil estimada dos bens.

3.14 Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

3.15 Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

3.16 Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

3.17 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do

risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

3.18 Tributos

Em cumprimento ao artigo 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos por meio de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do artigo 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda, no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município, sede do Ponto de Atendimento (PA), que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado nas operações realizadas com associados não está sujeito à tributação, conforme o regime jurídico das sociedades Cooperativas.

3.19 Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses, após a data-base do balanço, estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante), apresentados por faixa de vencimento.

3.20 Valor Recuperável de Ativos - Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

3.21 Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa, ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

3.22 Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições

que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2026.

3.23 Operações de Arrendamento - Arrendatário

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de arrendamentos estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 06 - Arrendamentos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.975/2021.

A Cooperativa atua como arrendatária de imóveis. Os contratos de arrendamento são reconhecidos como passivos financeiros pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa média de captação (taxa incremental). Em contrapartida, é registrado um ativo de direito de uso correspondente. As despesas financeiras relacionadas aos arrendamentos são apropriadas ao resultado.

Conforme os itens 5 e 6 da norma de Isenção de Reconhecimento, é permitido à entidade reconhecer os pagamentos de arrendamento diretamente como despesa operacional linear no resultado do período. Essa isenção aplica-se a contratos de curto prazo e de baixo valor, desobrigando o registro do Ativo de Direito de Uso e do Passivo de Arrendamento.

O prazo do arrendamento considera o período não cancelável do contrato, as expectativas de renovação ou rescisão e o tempo estimado de uso do ativo.

3.24 Relações Interfinanceiras - Obrigações por Repasses Interfinanceiros

Compreendem os recursos captados com instituições parceiras, por intermédio da Cooperativa Central, destinados para repasses aos cooperados, estando atualizados pelos encargos contratados até a data do balanço.

3.25 Depósitos e Captações por Recursos Aceite e Emissão de Títulos

Os recursos provenientes de depósitos e captações estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações

incorridas, pro rata dia.

3.26 Ativos não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, tais como veículos, imóveis e intangíveis, de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.747/1919, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução. O método de mensuração e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

Para o reconhecimento dos ativos não financeiros mantidos para venda, considera-se a data de entrada desses ativos na Cooperativa. Assim, se o período em que os ativos não financeiros permanecem na Cooperativa ultrapassar um ano, eles são reclassificados para o grupamento contábil do ativo não circulante realizável a longo prazo.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

DESCRIÇÃO	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	68.898	43.755
Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira (Nota 5.6 a)	3.965.429	5.630.571
SALDO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4.034.327	5.674.326

a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa (Nota 5.6), depositadas junto ao Sicoob SP, conforme determina o artigo 3º da Resolução CMN nº 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, cujos rendimentos auferidos em 30 de junho de 2026 registrados em contrapartida à receita de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, foram respectivamente:

DESCRIÇÃO	30/06/2026	30/06/2025
Rendimentos da Centralização Financeira	305.191	188.189

O Sicoob não constitui provisão para risco de crédito nas operações de centralização financeira, uma vez que o risco de contraparte é integralmente assumido e mitigado no âmbito do próprio sistema cooperativo. Nessas operações, a exposição decorre exclusivamente de relações intrassistêmicas, cuja responsabilidade e capacidade de absorção de riscos estão distribuídas entre as entidades que compõem o Sistema.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E DEMAIS ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros são compostos pelos recursos provenientes das aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros, sendo mensurados por categorias, conforme apresentados abaixo.

5.1 Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Abaixo, segue a composição dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

DESCRIÇÃO	30/06/2026			31/12/2025		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez						
Demais Aplicação em depósitos Interfinanceiros (a)	597.315	71.106	668.421	854.195	67.743	921.938
Títulos e Valores Mobiliários						
Títulos Privados de Instituições Financeiras - No País - Não Ligadas (b)	1.795.702	1.496.699	3.292.401	1.308.034	420.411	1.728.445
TOTAL	2.393.017	1.567.805	3.960.822	2.162.229	488.154	2.650.383

- a) Referem-se às aplicações em Depósitos Interfinanceiros (CDI) em instituição financeira de primeira linha, com nível de rating sólido e remuneração em média de 102,94% do CDI (2025: 103,41% do CDI).
- b) Referem-se, substancialmente, às aplicações em Títulos de Renda Fixa na modalidade de Letras Financeiras (LF) em instituição financeira de primeira linha, com nível de rating sólido e remuneração em média de 102,51 % do CDI (2025: 103,68% do CDI). E Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), na Sicoob SP, com remuneração de, aproximadamente, 107,39% do CDI.

5.2 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

Abaixo, segue a composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes:

DESCRIÇÃO	30/06/2026			31/12/2025
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez				
Demais Aplicação em depósitos Interfinanceiros (i)	803.062	101.688	904.750	203.404

i)Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) no Banco Sicoob, com remuneração de 100 % do CDI (2025: 100% CDI).

5.3 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado

Abaixo, segue a composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

DESCRIÇÃO	30/06/2026	31/12/2025
	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Participação em Cooperativa Central de Crédito	241.192	240.276
Participação em Autorizada Controlada por Cooperativa de Crédito ou Confederação de Serviço	320.779	320.779
Participação em Cooperativas, Exceto Cooperativa Central de Crédito	664	64
Outras Participações	39	39
TOTAL	562.074	561.158

Os ativos financeiros demonstrados na tabela acima, estão classificados a valor justo por meio do resultado em decorrência de falharem no teste de SPPJ.

Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 1º /4/2022. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo BCB não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo, conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5.4 Composição dos Ativos Financeiros por Faixa de Vencimento

a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

TIPO	ATÉ 90	DE 91 a 365	ACIMA DE 365	30/06/2026	31/12/2025
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez					
Demais Aplicação em depósitos Interfinanceiros – Custo Amortizado (Nota 5.1 a)	490.996	106.319	71.106	668.421	921.938
Demais Aplicação em depósitos Interfinanceiros - VJORA – Sicoob (Nota 5.2)	36.302	766.760	101.688	904.750	203.404
Total	527.298	873.079	172.794	1.573.171	1.125.342

b) Títulos e Valores Mobiliários:

TIPO	ATÉ 90	DE 91 a 365	ACIMA DE 365	30/06/2026	31/12/2025
Títulos e Valores Mobiliários					
Títulos Privados de Instituições Financeiras - No País - Não Ligadas – Custo Amortizado (Nota 5.1 b)	191.925	1.603.777	1.496.699	3.292.401	1.728.445
Participações de Cooperativas (Nota 5.3)	-	-	562.074	562.074	561.158
Total	191.925	1.603.777	2.058.773	3.854.475	2.289.603

5.5 Resumo da Carteira Consolidada por Categoria de Mensuração

DESCRIÇÃO	30/06/2026	31/12/2025
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	3.960.822	2.650.383
Ativos Financeiros Mensurados ao VJORA	904.750	203.404
Ativos Financeiros Mensurados ao VJR	562.074	561.158
TOTAL	5.427.646	3.414.945

5.6 Relações e Repasses Interfinanceiras

DESCRIÇÃO	30/06/2026	31/12/2025
Recursos Transferidos - Centralização Financeira (Nota 4)	3.965.429	5.630.571
Recursos Transferidos - Depósitos de Poupança Rural (a)	97.522	113.026
TOTAL	4.062.951	5.743.597

a) A partir de 2025, em decorrência das adequações regulatórias e operacionais implementadas no Sistema Sicoob, e conforme previsto na Resolução CMN nº 5.044/2022, a Cooperativa passou a realizar a captação direta dos Depósitos de Poupança. Embora a captação gere uma obrigação com o cooperado (Nota 13), os recursos correspondentes são automaticamente transferidos, em até um dia útil, para a conta de centralização da poupança mantida no Banco Sicoob, conforme normativos e processos descritos nas CCI's vigentes. Dessa forma, no ativo, a Cooperativa reconhece direito contra a Centralização Financeira, classificado como Recursos Centralizados, o que representa apenas o reflexo contábil da transferência automática, sem retenção, gestão financeira ou exposição ao risco de crédito desses valores.

5.7 Resultado de Operações com Ativos Financeiros

a) Resultado das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

DESCRIÇÃO	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	95.215	90.862

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários:

DESCRIÇÃO	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de Títulos de Renda Fixa	184.697	151.929

5.8 Classificação por Estágio

Abaixo, segue a composição dos estágios das Aplicações Interfinanceira de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários:

DESCRIÇÃO	30/06/2026	31/12/2025
	ESTÁGIO 1	ESTÁGIO 1
Aplicações Interfinanceira de Liquidez ao Custo Amortizado	668.421	921.938
Títulos Privados de Instituições Financeiras ao Custo Amortizado	3.292.401	1.728.445
Aplicações Interfinanceira de Liquidez ao VJORA	904.750	203.404
TOTAL	4.865.572	2.853.787

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTRAS OPERAÇÕES COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Abaixo, a composição da carteira de crédito e outras operações com características de concessão de crédito mensurados ao custo amortizado:

DESCRIÇÃO	30/06/2026			31/12/2025		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Operações de Crédito - Custo Amortizado						
Adiantamento a Depositantes	3.388	-	3.388	2.627	-	2.627
Empréstimos	1.492.210	1.251.959	2.744.169	1.487.025	1.175.569	2.662.594
Direitos Creditórios Descontados	257.084	-	257.084	270.113	-	270.113
Financiamentos	226.070	379.208	605.278	230.457	403.506	633.963
Financiamentos Rurais (7.1)	1.950.163	1.086.720	3.036.883	1.898.056	1.224.671	3.122.727
Total - Operações de Crédito	3.928.915	2.717.887	6.646.802	3.888.278	2.803.746	6.692.024
Outras Operações com Características de Concessão de Crédito - Custo Amortizados						
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito (i)	25.522	1.329	26.851	31.067	1.636	32.703
Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPRF)	1.067.128	1.950.667	3.017.795	953.980	1.756.483	2.710.463
Total - Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	1.092.650	1.951.996	3.044.646	985.047	1.758.119	2.743.166

i) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos;

6.1 Abertura dos Financiamentos Rurais

Abaixo, segue a abertura do valor contábil dos financiamentos rurais, incluindo o direcionamento de recursos para aplicação no crédito rural:

FINANCIAMENTOS RURAIS	30/06/2026	31/12/2025
	SALDO CONTÁBIL BRUTO	SALDO CONTÁBIL BRUTO
Financiamentos com Recursos Próprios	64.295	72.629
Custeio Pecuária	35.564	39.639
Investimento Agricultura	26.735	30.295
Investimento Pecuária	1.996	2.695
Financiamentos com recursos direcionados à vista	140.466	253.648
Custeio Agricultura	73.049	137.155
Custeio Pecuária	67.417	116.493
Financiamentos com recursos direcionados da Poupança Rural	523.753	733.342
Custeio Agricultura	243.010	317.935
Custeio Pecuária	249.245	290.034
Investimento Agricultura	12.681	18.849
Investimento Pecuária	1.477	2.723
Comercialização Agricultura	16.818	36.435
Comercialização Pecuária	522	1.082
Industrialização Agricultura	-	66.284
Financiamentos com recursos direcionados de LCA	2.246.540	1.974.480
Custeio Agricultura	590.325	472.352
Custeio Pecuária	305.829	287.473
Investimento Agricultura	359.058	360.652
Investimento Pecuária	36.721	35.972
Comercialização Agricultura	859.684	816.796
Comercialização Pecuária	31.490	1.235
Industrialização Agricultura	63.433	-
Financiamentos com recursos Fontes Públicas	61.829	88.628
Custeio Agricultura	12.484	28.936
Comercialização Agricultura	49.345	59.692
TOTAL	3.036.883	3.122.727

6.2 Composição da Carteira de Crédito por Tipo de Produto, Cliente e Atividade Econômica

DESCRIÇÃO	EMPRÉSTIMOS/TD	FINANCIAMENTO	FINANCIAMENTO RURAIS	30/06/2026	% NA CARTEIRA	31/12/2025	% NA CARTEIRA
Setor Privado - Comércio	424.463	56.834	138.579	619.876	9,33%	610.922	9,13%
Setor Privado - Indústria	144.894	22.023	152.154	319.071	4,80%	312.785	4,67%
Setor Privado - Serviços	401.011	83.690	2.789	487.490	7,33%	471.469	7,05%
Pessoa Física	1.998.475	424.855	2.454.276	4.877.606	73,38%	4.918.516	73,50%
Outros	35.798	17.876	289.085	342.759	5,16%	378.332	5,65%
TOTAL	3.004.641	605.278	3.036.883	6.646.802	100,00%	6.692.024	100,00%

6.3 Operações Renegociadas e Reestruturadas

As operações renegociadas e reestruturadas estão compostas:

	30/06/2026		31/12/2025	
NATUREZA DA OPERAÇÃO	RENEGOCIADAS	RESTRUTURADAS	RENEGOCIADAS	RESTRUTURADAS
Operações de Crédito	612.457	4.463	463.578	1.628

6.4 Resultado de Operações de Crédito

DESCRIÇÃO	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	2.569	2.522
Rendas de Empréstimos	297.830	276.953
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	32.028	35.402
Rendas de Financiamentos	51.133	62.642
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	3.681	7.417
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	11.466	25.757
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	32.942	14.927
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	152.430	134.483
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos de Fontes Públicas	4.336	3.361
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	359	338
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	26.581	25.262
Rendas de Títulos com Características de Concessão de Crédito	218.977	161.282
Rendas de Crédito por Venda a Prazo de Ativos não Financeiros	587	386
(-) Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(930)	(5.703)
TOTAL	833.989	745.029

6.5 Classificação por Estágios

As operações de crédito, Títulos com Característica de Concessão de Crédito, Outras Operações com Características de Concessão de Crédito e Garantias Financeiras Prestadas (Nota 17.1 a) estão compostas conforme estágios abaixo:

DESCRIÇÃO	30/06/2026				31/12/2025			
	ESTÁGIO 1	ESTÁGIO 2	ESTÁGIO 3	TOTAL	ESTÁGIO 1	ESTÁGIO 2	ESTÁGIO 3	TOTAL
Adiantamentos a Depositantes	860	1.243	1.285	3.388	-	70	2.557	2.627
Direitos Creditórios Descontados	240.226	4.094	12.764	257.084	249.384	2.746	17.983	270.113
Empréstimos	2.054.304	141.320	548.545	2.744.169	2.117.979	96.254	448.361	2.662.594
Financiamentos	527.872	27.152	50.254	605.278	561.033	35.724	37.206	633.963
Financiamentos Rurais	2.881.751	49.167	105.965	3.036.883	3.001.713	43.607	77.407	3.122.727
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito (a)	836	53	25.962	26.851	1.246	-	31.457	32.703
Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPRF) (b)	2.932.261	48.651	36.883	3.017.795	2.618.313	63.891	28.259	2.710.463
Subtotal	8.638.110	271.680	781.658	9.691.448	8.549.668	242.292	643.230	9.435.190
Garantias Financeiras Prestadas (c)	393.650	6.370	10.283	410.303	393.877	6.858	11.687	412.422
TOTAL	9.031.760	278.050	791.941	10.101.751	8.943.545	249.150	654.917	9.847.612

- a) Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito são compostos por Créditos por avais e fianças e Créditos por venda a prazo de ativos não financeiros.
- b) Títulos com Característica de Concessão de Crédito são compostos por CPRF (Cédula de Produto Rural Financeiro).
- c) Garantias Financeiras Prestadas, estão contabilizadas no passivo (Nota 17.1 b).

6.6 Concentração das Operações por Modalidade, Maiores Devedores e Faixas de Vencimento

a) Composição das operações por faixa de vencimento:

DESCRIÇÃO	30/06/2026						31/12/2025	
	A vencer até 90 dias	A vencer até 91 a 360 dias	A vencer acima 360 dias	Vencido a partir de 15 dias	TOTAL	% NA CARTEIRA	TOTAL	% NA CARTEIRA
Adiantamentos a Depositantes	2.055	-	-	1.333	3.388	0,03%	2.627	0,03%
Direitos Creditórios Descontados	203.294	36.881	-	16.909	257.084	2,55%	270.113	2,74%
Empréstimos	443.262	859.170	1.251.959	189.778	2.744.169	27,17%	2.662.594	27,04%
Financiamentos	66.404	144.391	379.208	15.275	605.278	5,99%	633.963	6,44%
Financiamentos Rurais	350.946	1.496.203	1.086.720	103.014	3.036.883	30,06%	3.122.727	31,71%
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	757	509	1.329	24.256	26.851	0,27%	32.703	0,33%
Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F)	275.521	763.311	1.950.667	28.296	3.017.795	29,87%	2.710.463	27,52%
Subtotal	1.342.239	3.300.465	4.669.883	378.861	9.691.448	95,94%	9.435.190	95,81%
Garantias Financeiras Prestadas (i)	59.207	317.473	30.847	2.776	410.303	4,06%	412.422	4,19%
TOTAL	1.401.446	3.617.938	4.700.730	381.637	10.101.751	100,00%	9.847.612	100,00%

i) Garantias Financeiras Prestadas, estão contabilizadas no passivo (Nota 17.1 b).

b) Composição dos Maiores Devedores:

DESCRIÇÃO	30/06/2026	% NA CARTEIRA	31/12/2025	% NA CARTEIRA
Maior Devedor	186.538	1,93%	173.247	1,84%
10 Maiores Devedores	1.095.964	11,32%	1.113.274	11,80%
50 Maiores Devedores	2.807.005	28,99%	2.599.877	27,57%

Compõem o saldo da concentração de devedores, as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

6.7 Movimentação em Estágios das Operação da Carteira Bruta

DESCRIÇÃO	30/06/2026				31/12/2025			
	ESTÁGIO 1	ESTÁGIO 2	ESTÁGIO 3	TOTAL	ESTÁGIO 1	ESTÁGIO 2	ESTÁGIO 3	TOTAL
Saldo Inicial	8.943.545	249.150	654.917	9.847.612	8.483.797	237.666	363.054	9.084.517
(-) Transferido para Estágio 1	(6.432.272)	(12.610)	(3.103)	(6.447.985)	(3.575.519)	(76.952)	(5.729)	(3.658.200)
(-) Transferido para Estágio 2	(182.613)	(50.338)	(2.613)	(235.564)	(178.534)	(10.780)	(603)	(189.917)
(-) Transferido para Estágio 3	(149.751)	(101.995)	(430.974)	(682.720)	(289.773)	(49.961)	(97.647)	(437.381)
(+) Transferido do Estágio 1	6.432.272	182.613	149.751	6.764.636	3.575.519	178.534	289.773	4.043.826
(+) Transferido do Estágio 2	12.610	50.338	101.995	164.943	76.952	10.780	49.961	137.693
(+) Transferido do Estágio 3	3.103	2.613	430.974	436.690	5.729	603	97.647	103.979
(+) Aquisição	2.583.776	42.487	109.220	2.735.483	5.285.345	59.233	217.536	5.562.114
(+) Apropriação de Juros	474.717	7.482	6.050	488.249	245.358	6.871	2.646	254.875
(-) Liquidação	(1.649.066)	(79.513)	(74.153)	(1.802.732)	(3.391.007)	(61.718)	(80.694)	(3.533.419)
(-) Liquidação Parcial	(1.004.561)	(12.177)	(13.172)	(1.029.910)	(1.293.937)	(29.521)	(18.972)	(1.342.430)
(-) Baixa para prejuízo	-	-	(136.951)	(136.951)	(385)	(15.605)	(162.055)	(178.045)
SALDO FINAL	9.031.760	278.050	791.941	10.101.751	8.943.545	249.150	654.917	9.847.612

6.8 Consolidação dos Estágios das Operações Carteira Bruta

DESCRIÇÃO	30/06/2026	31/12/2025
Saldo Inicial	9.847.612	9.084.517
(+) Aquisição	2.735.483	5.562.114
(+) Apropriação de Juros	488.249	254.875
(-) Liquidação	(1.802.732)	(3.533.419)
(-) Liquidação Parcial	(1.029.910)	(1.342.430)
(-) Baixa para prejuízo	(136.951)	(178.045)
SALDO FINAL	10.101.751	9.847.612

Na Tabela abaixo, estão apresentadas as operações de crédito alocadas no terceiro estágio, com 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias de atraso.

DESCRIÇÃO	30/06/2026	31/12/2025
Estágio	de 31 a 60 dias de atraso	de 31 a 60 dias de atraso
3	31.920	14.593

7. PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

Composição dos estágios das Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito:

DESCRIÇÃO	30/06/2026				31/12/2025			
	ESTÁGIO 1	ESTÁGIO 2	ESTÁGIO 3	TOTAL	ESTÁGIO 1	ESTÁGIO 2	ESTÁGIO 3	TOTAL
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(683)	-	-	(683)	(1.639)	-	-	(1.639)
Títulos e Valores Mobiliários	(14.218)	-	-	(14.218)	(6.595)	-	-	(6.595)
Adiantamentos a Depositantes	(104)	(258)	(955)	(1.317)	-	(16)	(2.165)	(2.181)
Direitos Creditórios Descontados	(652)	(48)	(8.256)	(8.956)	(686)	(38)	(12.017)	(12.741)
Empréstimos	(38.968)	(19.442)	(419.577)	(477.987)	(38.430)	(13.642)	(347.558)	(399.630)
Financiamentos	(4.214)	(3.183)	(35.423)	(42.820)	(4.671)	(3.465)	(27.047)	(35.183)
Financiamentos Rurais	(6.161)	(2.100)	(66.014)	(74.275)	(6.294)	(2.626)	(44.896)	(53.816)
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	(1)	(1)	(19.367)	(19.369)	(5)	-	(23.459)	(23.464)
Títulos com Característica de Concessão de Crédito (CPR-F)	(6.993)	(1.764)	(19.626)	(28.383)	(6.917)	(2.467)	(19.893)	(29.277)
Subtotal	(71.994)	(26.796)	(569.218)	(668.008)	(65.237)	(22.254)	(477.035)	(564.526)
Créditos a Liberar (a)	(6.959)	(522)	(2.469)	(9.950)	(8.074)	(500)	(2.703)	(11.277)
Garantias Financeiras Prestadas (a)	(1.325)	(472)	(7.260)	(9.057)	(1.415)	(545)	(8.628)	(10.588)
Subtotal (a)	(8.284)	(994)	(9.729)	(19.007)	(9.489)	(1.045)	(11.331)	(21.865)
TOTAL	(80.278)	(27.790)	(578.947)	(687.015)	(74.726)	(23.299)	(488.366)	(586.391)

a) Créditos a Liberar e Garantias Financeiras Prestadas, estão contabilizadas no passivo (Nota 17.1 a).

7.1 Movimentação em Estágios das Provisões

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito tiveram as seguintes movimentações:

DESCRIÇÃO	30/06/2026				31/12/2025			
	ESTÁGIO 1	ESTÁGIO 2	ESTÁGIO 3	TOTAL	ESTÁGIO 1	ESTÁGIO 2	ESTÁGIO 3	TOTAL
Saldo Inicial	(74.726)	(23.299)	(488.366)	(586.391)	(82.738)	(28.390)	(268.913)	(380.041)
(-) Transferido para Estágio 1	39.219	1.268	2.711	43.198	40.151	7.422	4.747	52.320
(-) Transferido para Estágio 2	4.757	5.934	2.530	13.221	4.142	2.484	573	7.199
(-) Transferido para Estágio 3	5.131	10.564	431.779	447.474	9.083	10.466	208.333	227.882
(+) Transferido do Estágio 1	(39.219)	(4.757)	(5.131)	(49.107)	(40.151)	(4.142)	(9.083)	(53.376)
(+) Transferido do Estágio 2	(1.268)	(5.934)	(10.564)	(17.766)	(7.422)	(2.484)	(10.466)	(20.372)
(+) Transferido do Estágio 3	(2.711)	(2.530)	(431.779)	(437.020)	(4.747)	(573)	(208.333)	(213.653)
(+) Constituições de Provisões	(65.102)	(31.047)	(318.973)	(415.122)	(114.981)	(13.490)	(562.298)	(690.769)
(-) Reversões de Provisões	53.641	22.011	77.689	153.341	121.937	5.408	153.533	280.878
(-) Baixa para prejuízo (Provisão)	-	-	161.157	161.157	-	-	203.541	203.541
Provisão final	(80.278)	(27.790)	(578.947)	(687.015)	(74.726)	(23.299)	(488.366)	(586.391)

7.2 Consolidação dos Estágios das Provisões

DESCRIÇÃO	30/06/2026	31/12/2025
Provisão Inicial	(586.391)	(380.041)
(+) Constituições de Provisões	(415.122)	(690.769)
(-) Reversões de Provisões	153.341	280.878
(-) Baixa para prejuízo (Provisão)	161.157	203.541
Provisão Final	(687.015)	(586.391)

7.3 Despesa com Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

DESCRIÇÃO	30/06/2026	30/06/2025
Reversões de Provisões para Aplicação Interfinanceira de Liquidez	1.197	249
Reversões de Provisões para Títulos e Valores Mobiliários	74	1.002
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	120.448	120.774
Reversões de Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	21.256	13.937
Reversões de Provisões para Outros Créditos	-	11
Reversões de Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar	5.478	118
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	4.888	5.430
Provisões para Aplicação Interfinanceira de Liquidez	(241)	(314)
Provisões para Títulos e Valores Mobiliários	(7.697)	(3.984)
Provisões para Operações de Crédito	(358.723)	(220.663)
Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	(40.952)	(25.959)
Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar	(4.152)	(66)
Provisões para Garantias Prestadas	(3.357)	(5.227)
SALDO FINAL	(261.781)	(114.692)

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

Os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão compostos:

DESCRIÇÃO	30/06/2026			31/12/2025		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Rendas a Receber (a)	8.099	-	8.099	8.587	-	8.587
Devedores por Depósitos em Garantia (b)	-	15.647	15.647	-	12.498	12.498
Títulos e Créditos a Receber	563	2.483	3.046	273	2.895	3.168
(-) Perda Esperada Associada ao Risco de Outros Ativos	-	(2.373)	(2.373)	-	(2.373)	(2.373)
TOTAL	8.662	15.757	24.419	8.860	13.020	21.880

- a) O saldo de Rendas a Receber por serviços prestados está composto, substancialmente, por rendas de cartão de crédito e convênios a receber.
- b) Em Devedores por Depósitos em Garantia, estão registrados, substancialmente, os depósitos judiciais para: PIS R\$ 921 mil, COFINS R\$ 6.155 mil, Outros Tributos R\$ 496 mil, Trabalhistas R\$ 3.411 mil e Cíveis R\$ 4.664 mil.

9. ATIVOS FISCAIS, CORRENTES E DIFERIDOS

Os ativos fiscais, correntes e diferidos estão compostos:

DESCRIÇÃO	30/06/2026			31/12/2025		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
IRPJ não compensado no próprio exercício	5.818	-	5.818	-	-	-
IRRF sobre comissões - intermediação financeira - a compensar	-	247	247	35	-	35
IRPJ - antecipações - a compensar	-	-	-	1.440	-	1.440
COFINS - a compensar	-	194	194	-	172	172
PIS - a compensar	-	42	42	-	37	37
IR retidos - a compensar	-	11	11	3.929	-	3.929
INSS - a compensar	-	588	588	-	569	569
TOTAL	5.818	1.082	6.900	5.404	778	6.182

10. OUTROS ATIVOS

Os outros ativos estão compostos:

DESCRIÇÃO	30/06/2026			31/12/2025		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Adiantamentos e Antecipações Salariais	4.876	-	4.876	19	-	19
Adiantamentos para Pagamentos de nossa Conta	147	-	147	366	-	366
Devedores Diversos - País	1.461	-	1.461	610	-	610
Ativos em Estoque	238	-	238	214	-	214
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (a)	1.803	41.904	43.707	5	66.157	66.162
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec. (b)	(77)	(18.837)	(18.914)	-	(39.265)	(39.265)
Despesas Antecipadas (c)	2.848	-	2.848	1.821	-	1.821
TOTAL	11.296	23.067	34.363	3.035	26.892	29.927

- a) Referem-se a Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos, registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.
- b) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em “Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos”.
- c) Registram-se as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros e licença de softwares

11. IMOBILIZADO DE USO

Os montantes do imobilizado de uso estão compostos:

DESCRIÇÃO	30/06/2026				31/12/2025		
	TAXA DE DEPRECIAÇÃO	CUSTO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	SALDO LÍQUIDO	CUSTO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	SALDO LÍQUIDO
Imobilizado em Curso (a)	-	4.906	-	4.906	1.579	-	1.579
Terrenos	-	12.221	-	12.221	12.221	-	12.221
Edificações	0,62% a 4%	83.753	(30.468)	53.285	83.707	(29.482)	54.225
Instalações	4,5% a 100%	66.693	(49.765)	16.928	63.631	(45.282)	18.349
Móveis e equipamentos de Uso	7% a 100%	73.567	(60.462)	13.105	73.825	(59.727)	14.098
Sistema de Transporte	20%	829	(776)	53	829	(717)	112
Obras de Arte		63	-	63	63	-	63
Ativo de Direito de Uso – Arrendatário (b)	10% a 100%	34.873	(5.278)	29.595	24.061	(2.272)	21.789
TOTAL		276.905	(146.749)	130.156	259.916	(137.480)	122.436

- (a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.
- (b) Celebrados contratos de arrendamento, para bens imóveis e veículos, que são registrados como Ativo de Direito de uso no ativo imobilizado. As obrigações estão registradas em Passivo de Arrendamento nota 16.1.

Com base nas determinações do pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração efetua análise de recuperabilidade dos seus ativos no encerramento do exercício. Não foram identificados, no 1º Semestre de 2026, eventos ou alterações em circunstâncias que indicassem que o valor contábil desses ativos pudesse não ser recuperável.

12. INTANGÍVEL

Os montantes do intangível estão compostos:

DESCRIÇÃO	30/06/2026				31/12/2025		
	TAXA DE DEPRECIAÇÃO	CUSTO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	SALDO LÍQUIDO	CUSTO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	SALDO LÍQUIDO
Marcas	-	11	-	11	11	-	11
Licenças e Direitos Autorais e de Uso	10% a 50%	34.065	(14.954)	19.111	21.806	(12.665)	9.141
TOTAL		34.076	(14.954)	19.122	21.817	(12.665)	9.152

13. DEPÓSITOS

Os depósitos estão compostos:

DESCRIÇÃO	30/06/2026			31/12/2025		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Depósitos à Vista (a)	1.709.982	-	1.709.982	1.591.274	-	1.591.274
Depósitos de Poupança (b)	97.522	-	97.522	113.026	-	113.026
Depósitos Sob Aviso (c)	1.927	-	1.927	1.966	-	1.966
Depósitos a Prazo (c)	5.847.074	7.418	5.854.492	5.948.835	26.756	5.975.591
Outros Depósitos (d)	486	-	486	116.508	-	116.508
TOTAL	7.656.991	7.418	7.664.409	7.771.609	26.756	7.798.365

- a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-los conforme a sua necessidade.
- b) Os Depósitos de Poupança representam obrigações da Cooperativa perante seus associados, abrangendo os valores aplicados e os rendimentos creditados. Os saldos registrados no passivo correspondem integralmente aos valores reconhecidos no ativo como Recursos Centralizados (Nota 5.6), mantendo a necessária simetria contábil exigida pelo COSIF e pelas práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras cooperativas.
- c) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data das demonstrações financeiras, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.
- d) Referem-se a valores a repassar, relativos a cheque e ordens de pagamento emitidos a terceiros pelos associados.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares - pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo BCB, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

13.1 Concentração dos Principais Depositantes:

DESCRIÇÃO	30/06/2026	% CARTEIRA TOTAL	31/12/2025	% CARTEIRA TOTAL
Maior Depositante	100.830	0,77%	116.508	0,90%
10 Maiores Depositantes	529.624	4,06%	660.362	5,11%
50 Maiores Depositantes	1.436.272	11,01%	1.600.334	12,39%

Os valores captados por meio de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos compõem o saldo da concentração de depositantes. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

13.2 Despesas com Operações de Captação de Mercado

DESCRIÇÃO	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de Poupança	(3.843)	-
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(129)	(114)
Despesas de Depósitos a Prazo	(388.600)	(362.854)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(337.932)	(227.906)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(9.798)	(8.558)
TOTAL	(740.302)	(599.432)

14. OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

Os outros instrumentos de dívida são compostos pelos recursos provenientes de emissões de letras e pelos instrumentos de dívida com cláusulas de subordinação, sendo mensurados ao custo amortizado, conforme apresentados abaixo:

14.1 Recursos por Emissões de Letras

Os depósitos estão compostos:

DESCRIÇÃO	30/06/2026			31/12/2025		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	1.813.002	3.800.651	5.613.653	134.358	4.988.552	5.122.910

As Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004). São remunerados por encargos financeiros, calculados com base em percentual do CDI. Os valores são apropriados em despesas com operações de captação de mercado (Nota 13.2).

15. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

São mensuradas ao custo amortizado e demonstradas pelo valor principal, acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades, inclusive Capital de Giro. A garantia oferecida é a caução dos títulos de crédito dos associados beneficiados.

15.1 Repasses Interfinanceiros

DESCRIÇÃO	30/06/2026			31/12/2025		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Recursos do Banco Sicoob	1.216.034	367.997	1.584.031	217.850	1.324.092	1.541.942
(-) Despesas a Apropriar - Recursos do Banco Sicoob	(68.605)	(60.085)	(128.690)	(2.356)	(114.749)	(117.105)
Recursos da Central	64.072	-	64.072	-	56.264	56.264
(-) Despesas a Apropriar - Recursos da Central	(2.619)	-	(2.619)	-	(3.255)	(3.255)
TOTAL	1.208.882	307.912	1.516.794	215.494	1.262.352	1.477.846

15.2 Despesas de Operações Repasses Interfinanceiros

DESCRIÇÃO	30/06/2026	31/12/2025
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(84.463)	(56.169)
Cooperativa Central	(2.628)	-
Outras Instituições	-	(5)
Despesa Financeira - Juros Passivo de Arrendamento - Arrendatário (Nota 16.1)	(224)	(6)
TOTAL	(87.315)	(56.180)

16. OUTROS PASSIVOS

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse. Por sua natureza, estão compostos:

DESCRIÇÃO	30/06/2026			31/12/2025		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Obrigações por Empréstimos e Repasses (16.1)	7.541	21.585	29.126	1.499	20.350	21.849
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	3.698	-	3.698	1.347	-	1.347
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas (16.2)	9.784	-	9.784	45.450	-	45.450
Outras Obrigações (16.3)	118.878	-	118.878	134.464	-	134.464
TOTAL	139.901	21.585	161.486	182.760	20.350	203.110

16.1 Obrigações por Empréstimos e Repasses

Obrigações por Empréstimos e Repasses, referem-se aos contratos de arrendamento mercantil firmados a partir de 1º/1/2025, conforme CPC 06 (R2) - Arrendamentos e Resolução CMN nº 4.975/2021 e Resolução nº 5.101/2023.

DESCRIÇÃO	30/06/2026			31/12/2025		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Passivo de Arrendamento	7.541	21.585	29.126	1.499	20.350	21.849

Os pagamentos dos contratos de arrendamentos estão registrados em passivo de arrendamento e reconhecidos o direito de uso no ativo imobilizado, demonstrado na nota 11-b, abaixo o reconhecimento das despesas.

a) Arrendamento de Baixo Valor - Arrendatário, contabilizados em contas de controles (compensação).

	30/06/2026	31/12/2025
Arrendamento de Ativos de Baixo Valor - Arrendatário	1.850	2.251

b) Despesa com Arrendamento - Arrendatário

	30/06/2026	30/06/2025
Despesa de Depreciação de Direito de Uso - Arrendatário	(3.006)	(384)
Despesa Financeira - de Juros Passivo de Arrendamento - Arrendatário	(224)	(5)
TOTAL	(3.230)	(389)

16.2 Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão compostos:

DESCRIÇÃO	30/06/2026	31/12/2025
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	-	6.643
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	825	808
Impostos e Contribuições sobre Salários	5.266	6.717
IRRF sobre Aplicações Financeiras	3.553	4.742
ISSQN a Recolher	140	125
IRRF sobre Juros ao Capital	-	26.415
TOTAL	9.784	45.450

16.3 Outras Obrigações

DESCRIÇÃO	30/06/2026	31/12/2025
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Sociais e Estatutárias (i)	87.304	125.518
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	1.174	1.569
Credores Diversos - País	13.708	4.552
Recursos em Trânsito de Terceiros	84	10
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	16.608	2.815
TOTAL	118.878	134.464

i) A seguir, a composição dos saldos de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

DESCRIÇÃO	30/06/2026	31/12/2025
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Gratificações a Funcionários (i)	9.044	26.084
Cotas de Capital a Pagar (ii)	50.658	71.832
Fundos Voluntários (iii)	2.755	2.755
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (iv)	24.847	24.847
TOTAL	87.304	125.518

- i) Consubstanciada pela Lei nº 10.101/2000 e acordo coletivo, a Cooperativa constituiu provisão, a título de participação dos empregados nos resultados, registrada em contrapartida do resultado, na rubrica “Participações nos Resultados”;
- ii) Referem-se ao valor de quotas-partes do capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social e; aqueles associados que participaram do processo judicial e não fazem mais parte do quadro social;
- iii) O Fundo de Investimento Social (FIS) é destinado à promoção de ações de natureza social, educacional e cultural, bem como ações relativas à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, sendo constituído de 1% das sobras líquidas, deduzida de juros sobre capital próprio, conforme determinação estatutária;
- iv) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 7% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Cosif. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina. Ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

17. PROVISÕES

Os saldos de provisões estão compostos:

DESCRIÇÃO	30/06/2026			31/12/2025		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Provisões e outras Obrigações com Instrumentos Financeiros (17.1)	19.007	-	19.007	21.865	-	21.865
Provisão para Pagamento a Efetuar	33.637	-	33.637	28.237	-	28.237
Provisão para Contingências (17.2)	-	93.294	93.294	-	95.489	95.489
TOTAL	52.644	93.294	145.938	50.102	95.489	145.591

17.1 Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros

Em provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros estão registrados:

DESCRIÇÃO	30/06/2026	31/12/2025
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar (a)	9.950	11.277
Garantias Financeiras Prestadas (b)	9.057	10.588
TOTAL	19.007	21.865

- a) Refere-se aos limites de crédito concedidos e ainda não utilizados pelos associados, abrangendo modalidades como cheque especial, conta garantida, crédito rotativo e crédito rural. Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021, tais valores representam compromissos potenciais da Cooperativa, devendo ser divulgados de modo a evidenciar os riscos assumidos, ainda que não impliquem desembolso imediato.
- b) Refere-se à provisão para perdas esperadas associadas às garantias financeiras prestadas pela Cooperativa, constituída com base na avaliação do risco de crédito dos associados beneficiários, conforme a Resolução CMN nº 4.966/2021. As garantias financeiras prestadas são controladas em contas de controles (compensação), enquanto a provisão correspondente é reconhecida no passivo.

DESCRIÇÃO	30/06/2026	31/12/2025
Garantias Financeiras Prestadas (Coobricações)	410.303	412.422

17.2 Provisão para Contingências

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos relacionados às Demandas Judiciais:

a) Provisão para Demandas Judiciais - Passivo

DESCRIÇÃO	30/06/2026	31/12/2025
	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
PIS (i)	-	580
COFINS (i)	-	1.382
Outras Contingências Fiscais (i)	22	1.902
Trabalhistas (ii)	4.690	6.488
Cíveis (iii)	88.070	84.305
Outras Contingências (iii)	512	832
TOTAL	93.294	95.489

Os principais temas podem ser assim sumarizados:

- i) Provisão para risco de natureza tributária sobre interpretações polêmicas a respeito da tributação pela Receita Federal sobre o PIS e COFINS e IRPJ sobre algumas receitas provenientes de serviços ou negócios realizados entre a Cooperativa e seus associados, em que não há pacificação jurisprudencial relativa ao ato cooperativo;
- ii) Ações Trabalhistas movidas contra a Cooperativa por ex-empregados e/ou terceiros, pleiteando verbas trabalhistas, visando a obter indenizações supostamente não pagas. A provisão é constituída com base no valor avaliado para causa por assessores jurídicos externos;
- iii) São compostas por ações movidas contra a Cooperativa, pleiteando supostos valores cobrados indevidamente na prestação de serviços e ou indenização por danos morais. A provisão é constituída com base no valor avaliado para cada causa por assessores jurídicos externos. Substancialmente, a Cooperativa foi acionada judicialmente no exercício de 2022 em ações cíveis, os assessores jurídicos responsáveis pelas defesas classificaram estes processos de acordo com os normativos vigentes. No 1º semestre de 2026, o resultado das movimentações de provisões e reversões cíveis sobre os processos e a atualização dos processos existentes foram de R\$ 3.765 mil. Foi disponibilizado imóvel próprio em garantia no mesmo período até a conclusão da discussão dos processos.

A Cooperativa é parte envolvida em outros processos tributários, trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões nas esferas administrativa e judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada em parecer de seus consultores legais externos e internos. A imprevisibilidade, quanto ao tempo de duração dos processos e a possibilidade de alterações nas jurisprudências dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

b) Movimentação das Provisões para Demandas Judiciais

DESCRIÇÃO	CÍVEL	TRIBUTÁRIO	TRABALHISTA	OUTROS	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2025	84.305	3.864	6.488	832	95.489
Constituição da provisão	5.539	3	598	2	6.142
Reversão da provisão	(1.149)	(3.695)	(4.053)	-	(8.897)
Utilização durante o exercício	(712)	(150)	437	(322)	(747)
Atualização durante o exercício	87	-	1.220	-	1.307
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2026	88.070	22	4.690	512	93.294

Conforme informado pela assessoria jurídica da Credicitrus, em 30 de junho de 2026, a Cooperativa figurava no polo passivo de processos judiciais classificados com risco de perda possível, que totalizavam R\$ 250.398 mil.

Essas ações abrangem processos trabalhistas, cíveis e de outras naturezas.

A imprevisibilidade quanto à duração dos processos e a possibilidade de mudanças na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os prazos e os valores das eventuais saídas de recursos

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada), subscritas e integralizadas pelos associados, conforme previsto no Estatuto Social. De acordo com o Estatuto Social, cada associado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes. No semestre findo em 30 de junho de 2026, o capital apresentou ingresso decorrente de integralizações regulares realizadas pelos associados, de destinação de sobras ao capital social, da remuneração do capital atribuída ao final do exercício e das integralizações efetuadas por meio do Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito (PROCAPCRED) e do Sicoob Cotas Partes.

O total das movimentações ocorridas no semestre findo em 30 de junho de 2026 somou R\$ 60.984 mil (1º semestre de 2025: R\$ 54.141 mil), dos quais R\$ 9.427 mil (R\$ 1º semestre de 2025: R\$ 10.794 mil) referem se especificamente aos aportes vinculados ao PROCAPCRED e ao Sicoob Cotas Partes, enquanto o valor remanescente corresponde às demais formas de constituição e ingresso de capital social, conforme previsto na legislação cooperativista e no Estatuto Social.

O montante de capital social devolvido aos associados que solicitaram o desligamento do quadro social no semestre findo em 30 de junho de 2026, montou R\$ 36.963 mil e, no 1º semestre de 2025, o montante de R\$ 28.063 mil. Nos casos de desligamento, o associado terá direito à devolução de suas quotas-partes integralizadas, conforme condições definidas no Estatuto Social da Cooperativa.

DESCRIÇÃO	30/06/2026	31/12/2025
Capital Social	2.227.215	2.153.125
Associados	175.126	173.703

18.2 Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras líquidas, deduzidos os juros sobre o capital próprio, no percentual de 45%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

No semestre findo em 30 de junho de 2026, os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos, após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da Cooperativa, conforme Lei Complementar nº 196/2022, totalizando R\$ 648 mil. Essa movimentação está evidenciada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), linha de “Outros Eventos/Reservas” e “Por Devolução (-) /Reserva Legal”.

18.3 Sobras Acumuladas ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do BCB e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

As destinações estatutárias e legais e a destinação das sobras do exercício de 2025, em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/7976, foram aprovadas pelos associados em Assembleia Geral Ordinária realizada entre nos dias 6 a 15 de abril de 2026. Dos valores do exercício 2025, aprovado em 2026, R\$ 56.766 mil foram destinados a novas quotas-partes de capital social dos associados e/ou espécie e R\$ 72.715 mil, foram destinados ao fundo de reservas. Do exercício de 2024 foram aprovadas na Assembleia Geral Ordinária realizada nos dias 7 a 16 de abril de 2025. Dos valores do exercício 2024, aprovado em 2025, R\$ 57.990 mil foram destinados a novas quotas-partes de capital social dos associados e/ou espécie e R\$ 81.919 mil, foram destinados ao fundo de reserva.

19. RESULTADO DE ATOS NÃO COOPERATIVOS

São classificados como ato não cooperativo, os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o artigo 87 da Lei nº 5.764/1971. O resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	30/06/2026	30/06/2025
Receitas específicas de atos não cooperativos	18.079	18.087
Despesas Específicas de Atos Não Cooperativos	(1.628)	(1.335)
Despesas Apropriadas na Proporção das Receitas de Atos Não Cooperativos	(2.565)	(2.965)
Resultado Operacional	13.886	13.787
Receitas (despesas) Não Operacionais, Líquidas	2.798	2.464
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	16.684	16.251
Reversão/Provisão Desvalorização	(20.328)	(2.549)
IRPJ/CSLL	-	(4.752)
Resultado de Atos Não Cooperativos (lucro/(prejuízo) líquido)	(3.644)	8.950

20. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

DESCRIÇÃO	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de Serviços Prioritários - PF	62	202
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	1	1
Rendas de Outras Tarifas - PJ	535	687
Rendas de Cobrança	4.133	4.386
Rendas por Serviços de Pagamento - PIX	94	-
Rendas por Serviços de Pagamento - Outros Serviços Relacionados a Transações de Pagamento	6.065	4.577
Rendas de Convênios	-	587
Rendas de Comissão de Outros Serviços	-	34
Rendas de Outros Serviços	1.869	1.520
Rendas de Comissão de Seguros	3.292	3.279
Rendas de Comissão de Previdência	185	201
Rendas com Outras Comissões Comerciais e sobre Serviços	13.405	13.518
Rendas de Tarifa Anuidade Cartão de Crédito	3.756	3.076
Rendas de Tarifas de Intercâmbio	20.347	20.195
Rendas Aluguel Equipamentos de Transações de Pagamentos	1.280	1.108
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	2.614	1.561
TOTAL	57.638	54.932

21. DESPESAS DE PESSOAL

DESCRIÇÃO	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(4.542)	(4.657)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(28.897)	(26.176)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(21.253)	(19.631)
Despesas de Pessoal - Proventos	(62.360)	(58.282)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(361)	(241)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(313)	(291)
TOTAL	(117.726)	(109.278)

22. OUTROS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de Água, Energia e Gás	(1.305)	(1.331)
Despesas de Aluguéis	(8.003)	(11.080)
Despesas de Comunicações	(2.982)	(4.261)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(7.323)	(6.880)
Despesas de Material	(776)	(699)
Despesas de Processamento de Dados	(14.560)	(13.944)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(3.841)	(1.678)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(1.811)	(3.184)
Despesas de Seguros	(182)	(180)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(5.622)	(5.407)
Despesas de Serviços de Terceiros	(3.328)	(2.640)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(8.279)	(7.933)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(3.817)	(3.294)
Despesas de Transporte	(1.506)	(1.620)
Despesas de Viagem ao Exterior	(1)	-
Despesas de Viagem no País	(874)	(1.044)
Despesas de Amortização	(2.301)	(1.971)
Despesas de Depreciação	(11.686)	(8.791)
Outras Despesas Administrativas	(9.959)	(8.018)
TOTAL	(88.156)	(83.955)

23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

DESCRIÇÃO	30/06/2026	30/06/2025
Despesas Tributárias	(601)	(566)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(870)	(873)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(533)	(491)
TOTAL	(2.004)	(1.930)

24. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	30/06/2026	30/06/2025
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	(29.705)	(23.819)
Perdas - Fraudes Externas	(169)	(33)
Perdas - Demandas Trabalhistas	(13)	(15)
Perdas - Práticas Inadequadas	(259)	(814)
Perdas – Danos a Ativos Físicos	(3)	-
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	(18)	(1)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(51)	(120)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(18.601)	(21.345)
Despesas Vinculadas aos Fundos Voluntários	(2.755)	(2.977)
Outras Despesas e Dispêndios Operacionais	(9.875)	(4.210)
TOTAL	(61.449)	(53.334)

25. OUTROS RECEITAS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	30/06/2026	30/06/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	3.214	1.523
Dividendos Sicoob SP Corretora de Seguros	9.798	9.554
Dividendos Banco Sicoob	26.421	38.121
Distribuição de Sobras da Central	916	1.205
Atualização Depósitos Judiciais	627	570
Rendas de Repasses Interfinanceiros	198	257
Rendas Oriundas de Cartões de Crédito e Adquirência	9.935	11.341
Outras Rendas Operacionais	440	1
TOTAL	51.549	62.572

26. DESPESAS COM PROVISÕES

DESCRIÇÃO	30/06/2026	30/06/2025
Provisões para Contingências (a)	(6.142)	(12.904)
Reversões de Provisões para Contingências Cíveis (a)	8.897	1.642
Atualizações de Provisões para Contingências (a)	(1.307)	(163)
TOTAL	1.448	(11.425)

a) Refere-se, a provisões e reversões, constituídas no exercício (Nota 17.2 b).

27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

DESCRIÇÃO	30/06/2026	30/06/2025
Lucros na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda - Recebidos	335	27
Lucros na Alienação de Outros Valores e Bens	13	2
Desvalorização de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda Recebidos	21.081	3.528
Ganho de Capital	236	45
Outras Rendas não Operacionais	492	220
(-) Prejuízo na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos Para a Venda Recebidos	(18.373)	(301)
(-) Prejuízo na Alienação de Outros Valores e Bens	(8)	(30)
(-) Desvalorização de Ativos não Financeiros Mantidos Para a Venda Recebidos	(753)	(979)
(-) Perda de Capital	(180)	(18)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(45)	(31)
TOTAL	2.798	2.463

28. RESULTADO NÃO RECORRENTE

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme determina a Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares da norma, no período de 30 de junho de 2026 foram identificados os eventos considerados “resultados não recorrentes”, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	30/06/2026	30/06/2025
Venda de BNDU	(17.914)	(291)
Desvalorização BNDU	20.494	2.549
Reavaliação BNDU	(165)	-
Recebimento de Sinistro	-	10
Perdas Processos Cíveis	(4.986)	(11.406)
TOTAL	(2.571)	(9.138)

29. PARTES RELACIONADAS

São consideradas partes relacionadas à Cooperativa, nos termos do CPC 05 (R1) e da Resolução CMN nº 4.693/2018:

- (a) as pessoas físicas que tenham autoridade e responsabilidade para planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (pessoal-chave da administração);
- (b) os controladores, diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- (c) o cônjuge, o companheiro e os parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau, das pessoas mencionadas no item (b);
- (d) as pessoas naturais ou jurídicas que possuam participação societária qualificada, conforme definição regulatória;
- (e) as pessoas jurídicas controladas, coligadas ou significativamente influenciadas por administradores, ou nas quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações;
- (f) entidades integrantes do mesmo grupo econômico ou com relacionamento societário relevante, conforme definições do CPC 05 (R1).

As operações com partes relacionadas são realizadas no curso normal das atividades da Cooperativa, em conformidade com a regulamentação específica aplicável.

29.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas se caracterizam basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do BCB, incluindo, entre outras: movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Conforme a Política de Crédito do sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação, e são compatíveis com as aplicadas a operações de mesma modalidade e perfil de risco contratadas com demais associados, conforme prevê a Resolução CMN nº 4.693/2018. Os saldos no semestre findo em 30 de junho de 2026, estão segregados por categoria, conforme exige o item 19 do CPC 05 (R1).

CATEGORIA	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	PCLD	DEPÓSITOS	GARANTIAS	CAPITAL SOCIAL
Administradores (PF)	3.646	(11)	15.668	7.343	3.967
Empresas Ligadas (PJ)	40.689	(792)	122.140	58.489	6.214
Familiares até 2º grau	40.999	(50)	49.842	83.017	6.571
TOTAL	85.334	(853)	187.650	148.849	16.752

O pessoal-chave de administração inclui os conselheiros e diretores, anualmente são deliberados os montantes de remuneração, benefícios e plano de previdência complementar na Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento à Lei 5.764/1971 artigo 44 e à Lei Complementar nº 130/2009 artigo 5.

CATEGORIA DE REMUNERAÇÃO	30/06/2026	30/06/2025
Benefícios de curto prazo (salários, honorários, encargos)	(5.848)	(6.073)
Benefícios pós-emprego	(201)	(185)

A Cooperativa monitora os limites regulatórios máximos de exposição previstos na Resolução CMN nº 4.693/2018. Para fins de gerenciamento e acompanhamento prudencial, a Cooperativa adota o Patrimônio de Referência (PR), apurado conforme a Resolução CMN nº 4.955/2021, como base de cálculo para os limites de exposição apresentados a seguir:

DESCRIÇÃO		30/06/2026	31/12/2025
	LIMITE REGULATÓRIO	EXPOSIÇÃO	EXPOSIÇÃO
Exposição total a partes relacionadas	Máx. 10%	2,37%	1,47%
Exposição individual a pessoas naturais relacionadas	Máx. 1%	0,76%	0,79%
Exposição individual a pessoas jurídicas relacionadas	Máx. 5%	0,60%	0,25%

Os percentuais de exposição foram calculados com base no Patrimônio de Referência (PR), apurado conforme a Resolução CMN nº 4.955/2021.

29.2 Cooperativa Central

A Cooperativa de Crédito Credicitrus - Sicoob Credicitrus, juntamente às cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado São Paulo - SP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

A Sicoob SP é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo BCB, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe a Sicoob SP, a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

A Sicoob Credicitrus responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo Sicoob SP perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes de capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB SP:

DESCRIÇÃO	30/06/2026	31/12/2025
Ativo		
Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira (Nota 4 e 5.6)	3.965.429	5.630.571
Recursos Transferidos - Depósitos de Poupança Rural (Nota 5.6)	97.522	113.026
Título de Renda Fixa (TVM) (Nota 5.1 b)	868.755	-
Participação em Cooperativa Central de Crédito (Nota 5.3)	241.192	240.276
Total	5.172.898	5.983.873
Passivo		
Passivo - Repasses Interfinanceiros (Nota 15.1)	61.453	53.009
Total	61.453	53.009

DESCRIÇÃO	30/06/2026	31/12/2025
Receitas		
Ingressos de Depósitos Intercooperativos (Nota 4 a)	305.191	188.189
Títulos de Renda Fixa	34.797	62.455
Distribuição de Sobras da Central (Nota 25)	916	1.205
Total	340.904	251.849
Despesas		
Despesas com Repasses Interfinanceiros (Nota 15.2)	(2.628)	-
Rateio de Despesas da Central	-	(3)
TOTAL	(2.628)	(3)

30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados, na modalidade de contribuição definida. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada Sicoob Previ.

A Cooperativa não possui benefícios de pós emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), apenas benefícios de curto prazo, conforme montantes apresentados a seguir:

DESCRIÇÃO	30/06/2026	30/06/2025
Contribuição Previdência Privada	(1.217)	(1.170)

31. SEGUROS CONTRATADOS - NÃO AUDITADO

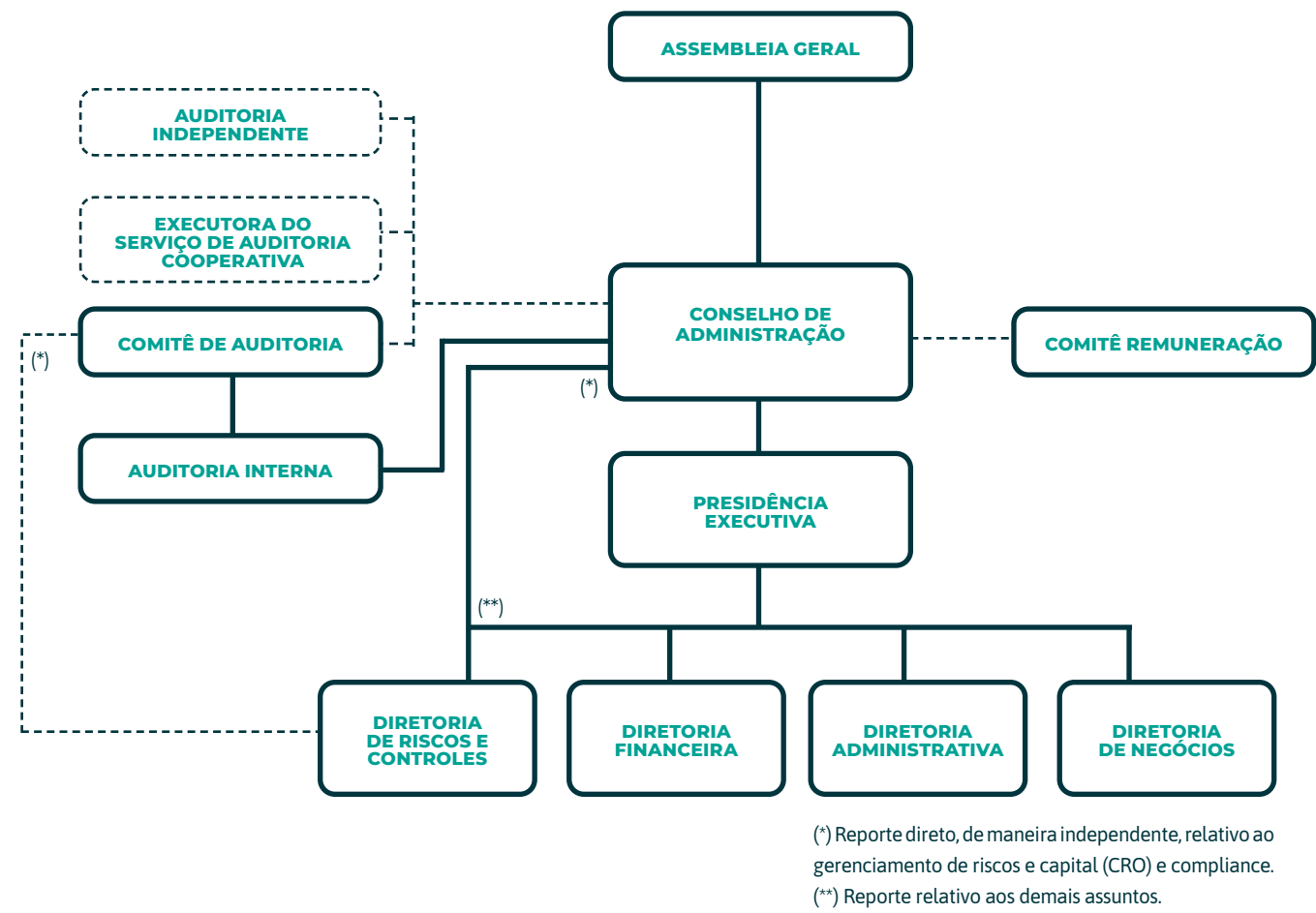
A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

BENS SEGURADOS	RISCOS COBERTOS	MÁXIMO DA COBERTURA
Veículos	Danos materiais, corporais, morte e invalidez	9.810
Imóveis	Incêndio, Raio, Explosão de qualquer natureza, danos elétricos, e outros	94.240
D & O	Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores	270.375
RD Valores	Valores no interior do estabelecimento, dentro e/ou fora de cofres, e/ou caixas forte	10.436

32. GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS E DE CAPITAL

32.1 Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital

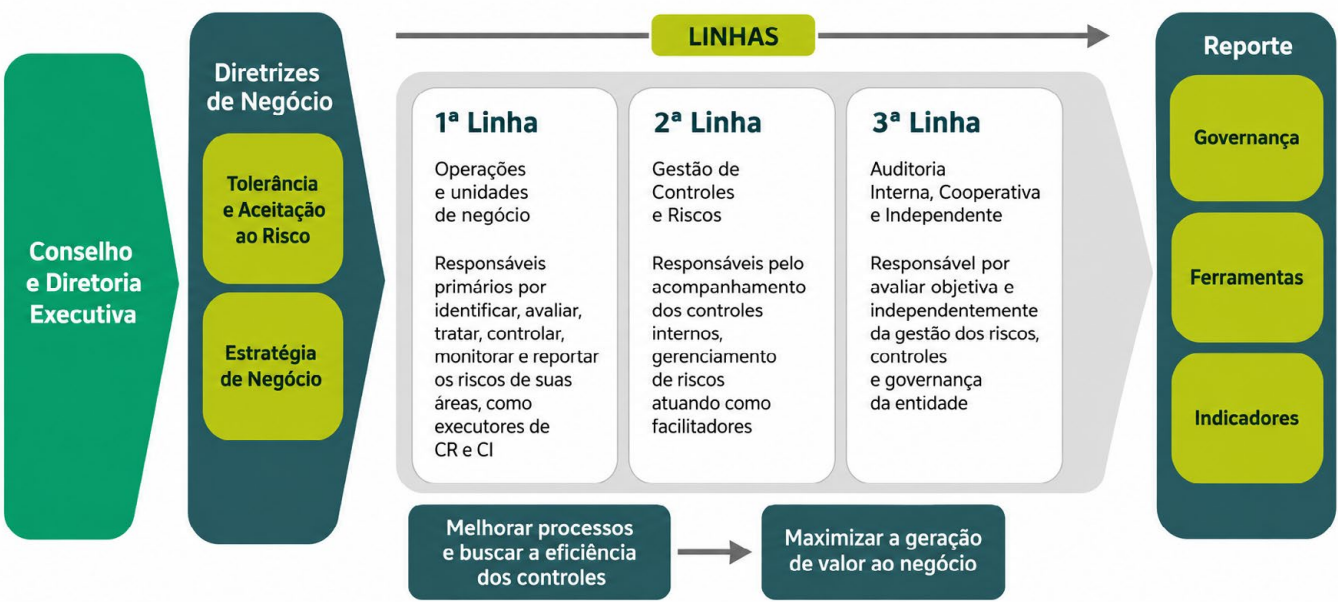
Na Credicitrus, a Diretoria de Riscos e Controles é responsável pela estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital, com reporte direto e independente aos órgãos de governança.



A Credicitrus mantém, em sua estrutura de Governança Corporativa e Gestão, o Comitê de Riscos, responsável por assessorar o Conselho de Administração na definição de diretrizes e estratégias relacionadas ao gerenciamento de riscos e de capital, visando assegurar o cumprimento das normas e a observância das políticas aplicáveis à instituição.

A estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital da Credicitrus é compatível com seu modelo de negócio, a natureza de suas operações e a complexidade de seus produtos, serviços, atividades e processos. Além disso, é proporcional à dimensão e à relevância dos riscos aos quais a Cooperativa está exposta, de forma a assegurar o seu efetivo gerenciamento.

A Credicitrus mantém seu compromisso com as melhores práticas de mercado aplicáveis à gestão de seus negócios e ao gerenciamento de riscos corporativos. Nesse sentido, são apresentadas a seguir, de forma resumida, as três linhas de gestão adotadas pela Cooperativa, as quais contribuem para o fortalecimento da governança e para a clara definição dos papéis e responsabilidades no âmbito do gerenciamento integrado de riscos.



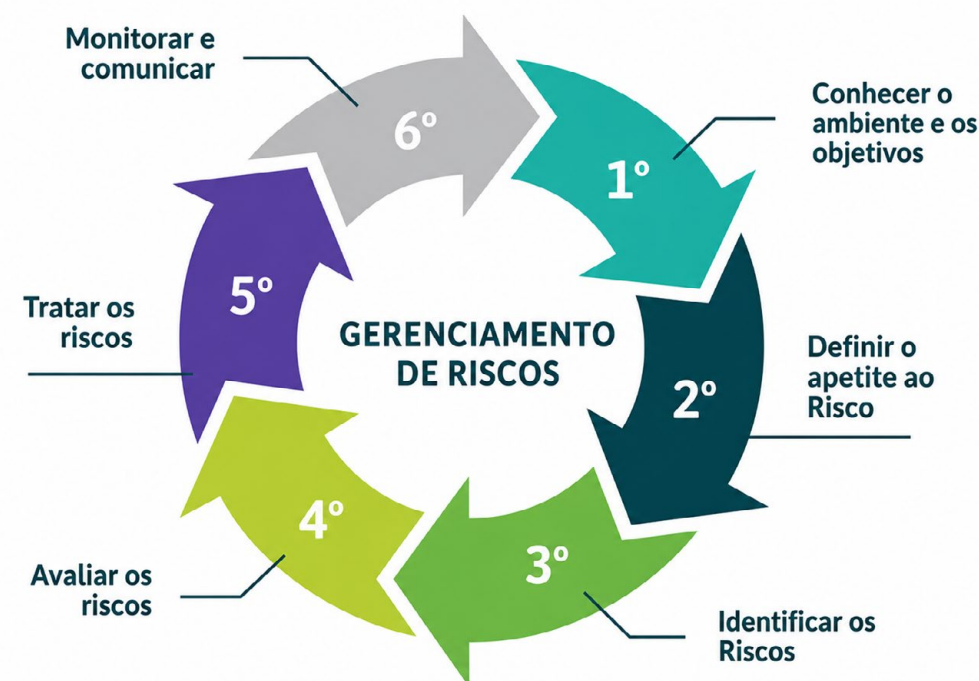
32.2 Cultura de Gerenciamento de Riscos

Na Credicitrus, o gerenciamento de riscos é uma responsabilidade compartilhada por todos. Alinhado ao Planejamento Estratégico, ao Planejamento Orçamentário e aos valores culturais que sustentam sua atuação, o Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital é estruturado com base nas melhores práticas de mercado e, principalmente, nas disposições regulamentares emitidas pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), dentre as quais se destacam as Resoluções nº 4.966/2021, nº 4.945/2021, nº 4.557/2017, nº 4.595/2017 e nº 4.968/2021, além de outras normas aplicáveis às atividades da Cooperativa.

Para garantir a observância dessas diretrizes e assegurar a efetividade da estrutura de gerenciamento, a Credicitrus cumpre e faz cumprir as Políticas e os Manuais de Gerenciamento de Riscos e de Capital do Centro Cooperativo Sicoob (CCS), além de elaborar, implementar e atualizar anualmente as suas próprias Políticas e Manuais Complementares de Gerenciamento de Riscos e de Capital. Com base nesses normativos (internos e externos), o Conselho de Administração estabeleceu limites de exposição, que são divulgados a todos os empregados por meio da Declaração de Appetite por Riscos (RAS).

A estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital realiza acompanhamento e reporte contínuo aos Órgãos de Governança, contemplando relatórios de gerenciamento de riscos e de capital, que abrangem os principais indicadores relativos aos riscos de liquidez; estratégico; crédito; mercado e de variação de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB); social, ambiental e climático; operacional; continuidade de negócios; contágio; reputação e imagem; conformidade; e cibernético, além dos estudos pertinentes ao Programa de Teste de Estresse e Declaração de Appetite por Riscos, os quais são reportados aos órgãos de governança, entre eles, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria, Comitê de Riscos e Conselho Administração.

Essa atuação tem a finalidade de fortalecer o processo de Governança Corporativa, tornando ainda mais segura a concretização dos objetivos estratégicos da Cooperativa, além de proporcionar maior transparência, eficácia e eficiência às suas operações, visando cumprir as normas nacionais e internacionais, bem como os requisitos legais e regulatórios. A seguir, é apresentado o processo de gerenciamento de riscos, composto pelas seguintes etapas:



32.3 Risco de Crédito

O Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrerem perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de instrumento de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, do interveniente garantidor ou das garantias.

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito se encontram registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito e nos Manuais de Crédito, estabelecidos pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), e ratificados pela Cooperativa por meio do estabelecimento de Política Complementar de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pelo Conselho de Administração da Credicitrus.

Em consonância com essas diretrizes e visando assegurar a efetividade da gestão do risco de crédito, a Credicitrus adota os modelos de análise e de classificação de riscos do CCS, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos em seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte.

Complementarmente, a Credicitrus realiza o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento da classificação das operações, de acordo com os normativos internos, complementares a Resolução CMN 4.966/2021.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito da Credicitrus prevê:

- fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;

- identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- monitoramento e reporte do consumo dos limites de apetite por riscos;
- informações gerenciais periódicas e tempestivas aos Órgãos de Governança;
- elaboração do cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- parâmetros para atribuição de limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

32.4 Risco de Mercado e Risco de Variação das Taxas de Juros da Carteira Bancária (IRRBB)

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O Interest Rate Risk of Banking Book (IRRBB) é definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira para os instrumentos classificados na carteira bancária.

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, estabelecidos pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS). Essas diretrizes são ratificadas pela Cooperativa mediante o estabelecimento de Política Complementar de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros (IRRBB), aprovada pelo Conselho de Administração da Credicitrus.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do risco de IRRBB utilizados são:

- acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos, remetidos aos órgãos de governança, que evidenciem, no mínimo:
 - resultado de intermediação financeira (Δ NI): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição.
 - valor econômico (Δ EVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
 - limites máximos dos riscos de mercado e de IRRBB.
- elaboração de relatórios que permitam identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.
- são realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos. Esta estrutura é adequada ao perfil e à importância sistêmica da Cooperativa, além de ser capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a Cooperativa atua.

32.5 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações correntes e futuras, esperadas e inesperadas, de forma eficiente, incluindo aquelas decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Além disso, envolve a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, estabelecida pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), e ratificadas pela Cooperativa através da Política Complementar de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovada pelo Conselho de Administração da Credicitrus.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos enviados aos órgãos de governança, que evidenciem, no mínimo:
 - i) limite mínimo de liquidez;
 - ii) fluxo de caixa projetado;
 - iii) aplicação de cenários de estresse;
 - iv) definição de planos de contingência.
- b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e a correção tempestiva de deficiências no controle e gerenciamento do risco de liquidez;
- c) existência de plano de contingência contendo estratégias a serem adotadas para assegurar a continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez da Credicitrus.

32.6 Risco Estratégico

O Risco Estratégico é representado pela possibilidade do não atingimento dos objetivos estabelecidos pela Cooperativa, devido a mudanças adversas no ambiente de negócios ou à utilização inadequada de premissas para tomada de decisões. O processo de gerenciamento do Risco Estratégico é composto por um conjunto de metodologias e índices estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração da Credicitrus.

32.7 Gerenciamento de Capital

O Gerenciamento de Capital é definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

As diretrizes para o gerenciamento de capital estão registradas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital,

estabelecido pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), e ratificadas pela Cooperativa por meio do estabelecimento de Política Complementar de Gerenciamento de Capital, aprovada pelo Conselho de Administração da Credicitrus.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. A Credicitrus também dispõe de um plano de capital específico, que prevê metas e projeções de capital, considerando os objetivos estratégicos e as principais fontes de capital. Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados aos órgãos de governança.

32.8 Riscos Social, Ambiental e Climático

O processo estruturado de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático consiste na avaliação dos potenciais impactos negativos das atividades realizadas pela Cooperativa, incluindo os efeitos na sua reputação.

Os riscos sociais, ambientais e climáticos são gerenciados considerando sua relevância e proporcionalidade, sendo traduzidos na elegibilidade do associado em apresentar, ou não, exposição a esses riscos, conforme descrito nos manuais internos.

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático são aplicadas de acordo com as Resoluções CMN 4.557/2017 e 4.945/2021, com o objetivo de identificar e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços da Credicitrus.

As diretrizes para o gerenciamento e a definição de responsabilidades relacionadas aos riscos social, ambiental e climático estão formalizadas na Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática PRSAC (Política de Sustentabilidade) e na Política de Gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático - PGRSAC, estabelecidas pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS) e complementadas pela Credicitrus por meio da Política Complementar de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática e Política de Sustentabilidade, aprovadas pelo Conselho de Administração. A partir das orientações estabelecidas nos normativos, é possível nortear os princípios e as diretrizes visando contribuir para o adequado tratamento da exposição aos riscos.

A gestão dos riscos é conduzida com base no Manual de Riscos Social, Ambiental e Climático do Sicoob, que orienta os procedimentos de avaliação, mitigação e tratamento de riscos associados às operações financeiras. A aplicação dessas diretrizes possibilita identificar potenciais impactos e oportunidades para uma abordagem preventiva e responsável na concessão de crédito e nos investimentos realizados pela Cooperativa.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliando impactos negativos e perdas decorrentes da violação de direitos ou de atos lesivos incorridos de interesse comum.

Risco Ambiental: consiste na possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição advindas de danos causados ao meio ambiente por agentes físicos, químicos e/ou biológicos. O processo de gerenciamento ocorre por meio de avaliações sistêmicas e obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgãos competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico, sendo:

Risco Climático Físico: possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos;

Risco Climático de Transição: possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados.

A Política Complementar de Responsabilidade dos Riscos Social, Ambiental e Climático estabelece procedimentos, indicadores e ações para o tratamento dos riscos, contemplados em quatro etapas:

1 ELEGIBILIDADE
Eleger as operações e cooperados que vão passar pelo processo.

2 AVALIAÇÃO
Define o nível de exposição ao Risco Social, Ambiental e Climático de cada operação.

3 TRATAMENTO
Aprofunda as análises, que servirão para subsidiar a tomada de decisão quanto a liberação de crédito.

4 REGISTRO DE PERDAS
Registra as perdas oriundas da materialização de risco social, ambiental e climático.

Atenta às mudanças e à conformidade do arcabouço normativo, a Credicitrus divulga de forma integrada as informações relacionadas aos riscos e oportunidades sociais, ambientais e climáticas da Credicitrus, requeridas pelo Banco Central do Brasil (BCB), por meio da Resolução BCB 139/2021, em seu Relatório de Riscos e Oportunidade Sociais, Ambientais e Climáticas (Relatório GRSAC), observando a estrutura preconizada na Instrução Normativa BCB 153/2021.

32.9 Risco Operacional

De acordo com a Seção VI da Resolução CMN 4.557/2017, o Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. As diretrizes para o gerenciamento do risco se encontram registradas na Política Institucional de Risco Operacional, estabelecido pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), ratificadas pela Cooperativa por meio do estabelecimento de Política

Complementar de Gerenciamento do Risco Operacional da Credicitrus, aprovada pelo Conselho de Administração da Credicitrus. O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos, por meio de etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações capturadas no processo de mapeamento dos riscos operacionais e das perdas operacionais registradas.

A estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital realiza uma análise contínua das perdas operacionais, além de interagir com os gestores responsáveis por essas perdas. O objetivo é identificar formalmente as causas e avaliar a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, incluindo a inserção de novos mitigadores.

32.10 Risco de Continuidade de Negócios

O objetivo do processo de Gestão de Continuidade de Negócios e Gestão de Crises (GCN) da Credicitrus é estabelecer uma estrutura formal e adequada para identificar possíveis ameaças e impactos nas operações, fortalecendo a resiliência organizacional. Desse modo, a Cooperativa é capaz de responder a eventos de desastres, protegendo as partes interessadas, a reputação, a marca e a continuidade dos processos críticos da Cooperativa.

As diretrizes para gerenciamento do risco se encontram registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, estabelecida pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), ratificadas pela Cooperativa por meio do estabelecimento da Política Complementar de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pelo Conselho de Administração da Credicitrus. A Gestão de Continuidade de Negócios e a Gestão de Crises prevê o estabelecimento de medidas de contingências para o caso de interrupção (total ou parcial) na operação da Cooperativa, assim como ações para retomada da operação dentro dos tempos tolerados, previamente definidos pelos gestores de cada processo crítico.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) Mapear os processos críticos para o funcionamento da Cooperativa;
- b) Definir as estratégias de contingência;
- c) Desenvolver planos para implementação de respostas a incidentes/desastres;
- d) Promover a manutenção dos planos, atualizando-os e realizando testes e validações.

32.11 - Risco de Contágio

O gerenciamento do Risco de Contágio consiste na possibilidade de impacto negativo no capital da Credicitrus, decorrente de eventos adversos que não fazem parte da instituição, devido a vinculação da Cooperativa à:

- a) Marca Sicoob;
- b) Marca Banco Sicoob; e
- c) Cooperativas de Produtores Rurais.

As informações obtidas no acompanhamento do Risco de Contágio, são reportadas aos Órgãos de Governança.

32.12 - Risco de Reputação e Imagem

O gerenciamento dos Riscos de Reputação e Imagem da Credicitrus é acompanhado por meio dos seguintes indicadores:

- a) Acompanhamento das reclamações de associados, com o objetivo de capturar e tratar temas que possam afetar a reputação e imagem da Cooperativa;
- b) Monitoramento das ameaças à imagem/marca: exposição da Cooperativa na internet.

32.13 - Risco de Conformidade

A Política de Controles Internos e Conformidade (Compliance) da Credicitrus, aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, estabelece diretrizes para o sistema de controles internos e conformidade da Cooperativa. Aplicável aos colaboradores, fornecedores e prestadores de serviços, a política exige que cada profissional, independentemente do nível hierárquico, esteja comprometido e responsável pela prática e a disseminação da cultura ética, de conformidade e controles internos.

32.14 Risco Cibernético

O gerenciamento do Risco Cibernético integra a estrutura de Gestão Integrada de Riscos da Credicitrus e tem por objetivo assegurar a proteção das informações, dos sistemas, das redes e das infraestruturas tecnológicas utilizadas pela Cooperativa, contribuindo para a prevenção, detecção, tratamento e mitigação de incidentes relacionados ao ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento desse risco encontram-se formalizadas na Política Institucional de Segurança Cibernética do Centro Cooperativo Sicoob (CCS) e na Política Complementar de Segurança Cibernética da Credicitrus, ambas aprovadas pelas respectivas instâncias de governança. Esses normativos estabelecem princípios, responsabilidades, procedimentos e controles voltados à preservação da confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade das informações, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.893/2021.

A gestão do risco cibernético contempla a avaliação dos riscos associados aos produtos, serviços, sistemas e infraestruturas tecnológicas, bem como o monitoramento contínuo de vulnerabilidades, ameaças e incidentes de segurança. Adicionalmente, são adotados controles relacionados à gestão de identidades e acessos, proteção de redes e sistemas, gestão de ativos tecnológicos, controles de segurança em ambientes de processamento de dados, gestão de fornecedores e serviços de tecnologia, cópias de segurança, continuidade de negócios e resposta a incidentes.

32.15 Programa de Teste de Estresse

O Programa de Teste de Estresse (PTE) é o conjunto coordenado de processos e rotinas, dotado de metodologias, documentação e governança própria, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição, permitindo avaliar, ao longo de um período determinado, o impacto decorrente de variações simultâneas e coerentes, em um conjunto de parâmetros relevantes no capital da instituição, em sua liquidez ou no valor de um portfólio.

Além dos testes de estresse mencionados, são realizados backtest, que tem como objetivo auxiliar na avaliação da adequação e da robustez das premissas e das metodologias utilizadas nos modelos do Programa (Res. CMN 4.557/2017 artigo. 9º-I e artigo 13-II), e o teste de estresse integrado, que considera os efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos da Cooperativa (Res. CMN 4.557/2017 artigo 14).

Os testes fornecem subsídio às atividades de governança corporativa e aumentam a adaptabilidade da Cooperativa em momentos de instabilidade.

32.16 Declaração de Apetite por Riscos

A Declaração de Apetite por Riscos (RAS), as políticas e os procedimentos para gestão de riscos são ferramentas importantes na disseminação da cultura de riscos. Esses documentados estão registrados nos normativos internos e disponibilizados na intranet para todos os colaboradores da Credicitrus.

O apetite ao risco consiste na natureza, no nível máximo e no tipo de risco que a Cooperativa está disposta a assumir para

atingir seus objetivos estratégicos. A Declaração de Apetite por Riscos (RAS) é aprovada pelo Conselho de Administração, reflete as definições da alta administração e orienta os planos estratégicos e os orçamentos que permeiam a Cooperativa.

32.17 Relatório de gerenciamento de riscos e capital - Pilar 3

De acordo com a Resolução BCB nº 54/2020, o Relatório de Pilar 3 divulga informações qualitativas e quantitativas do gerenciamento de riscos e requerimentos de capital aplicáveis à Credicitrus. Para mais informações referentes ao gerenciamento de riscos, [acesse o relatório de Pilar 3.](#)

33. ÍNDICE DE BASILEIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, de forma contínua, Patrimônio de Referência (PR) compatível com o nível de riscos assumidos em suas operações, observado o disposto na regulamentação prudencial vigente. O PR é apurado conforme a metodologia estabelecida pela Resolução CMN nº 4.955/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.194/2024. A seguir são apresentados os valores do Patrimônio de Referência (PR), dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e dos principais indicadores prudenciais da Cooperativa. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa manteve índices superiores aos mínimos requeridos pela regulamentação prudencial vigente, demonstrando adequada suficiência de capital para cobertura dos riscos assumidos em suas operações.

DESCRIÇÃO	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio de referência (PR)	3.593.284	3.423.710
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	12.265.258	11.765.529
Índice de Basileia	29,30%	29,10%
Ativo Imobilizado para fins do limite regulatório	130.156	122.437
Índice de imobilização	3,62%	3,58%

RESUMO DO RELATÓRIO
SEMESTRAL
DO COMITÊ DE AUDITORIA
1º SEMESTRE DE 2026

Durante o primeiro semestre de 2026, o Comitê de Auditoria da Credicitrus exerceu suas atribuições estatutárias e regulamentares por meio de reuniões periódicas e do acompanhamento contínuo dos temas relacionados à governança corporativa, auditoria interna, auditoria independente, auditoria cooperativa, gestão integrada de riscos, controles internos, compliance, prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo (PLD/FT), ouvidoria e contabilidade. A atuação do Comitê esteve voltada ao fortalecimento da estrutura de governança da Cooperativa, à supervisão dos mecanismos de controle e ao monitoramento dos riscos inerentes às suas atividades. No período, o Comitê acompanhou a execução do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), analisou o Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna (RAINT), monitorou a implementação dos planos de ação decorrentes dos trabalhos de auditoria e acompanhou as atividades desenvolvidas pela Auditoria Independente e pela Auditoria Cooperativa. As avaliações realizadas forneceram ao colegiado uma visão independente sobre

a efetividade dos controles internos, a aderência aos normativos aplicáveis e a adequada mitigação dos riscos corporativos. O Comitê também acompanhou os principais indicadores de risco da Cooperativa, incluindo risco de crédito, liquidez, capital, risco operacional, tecnologia da informação, riscos social, ambiental e climático (RSAC) e riscos de reputação e imagem, bem como os relatórios de gerenciamento integrado de riscos e capital, controles internos, compliance e ouvidoria. Com base nas análises efetuadas, concluiu que as estruturas de Gestão Integrada de Riscos, Controles Internos e Compliance permanecem adequadas ao porte, à complexidade e ao perfil de riscos da Credicitrus. No âmbito contábil e financeiro, o Comitê acompanhou a elaboração das demonstrações financeiras, a evolução dos resultados da Cooperativa, os indicadores prudenciais e os impactos regulatórios aplicáveis ao negócio. Os procedimentos de preparação das demonstrações financeiras e das respectivas notas explicativas foram avaliados pelo colegiado, em conjunto com as informações fornecidas pela Administração e pelos auditores independentes. Com base nas informações analisadas, nos trabalhos das auditorias interna, independente e cooperativa e nas avaliações realizadas ao longo do semestre, o Comitê

não identificou restrições, inconsistências ou situações relevantes não mitigadas que pudessem comprometer a continuidade operacional, a solidez econômico-financeira ou a confiabilidade das informações e operações da Cooperativa. O Comitê entende que as Demonstrações Financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas e instruções aplicáveis do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Assim, considerando as informações disponibilizadas e os trabalhos realizados, recomenda sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Bebedouro/SP, 20 de agosto de 2026.

Maria Madalena Fernandes Rocha
Coordenadora do Comitê

Claudemir Strachicini
Membro do Comitê

Marcos Lourenço Santin
Membro do Comitê

Expediente

Maria Tereza de Souza Lima Uchôa

Presidente do Conselho de Administração

Walmir Fernandes Segatto

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Denise T. da Silva de Almeida

Diretora - Presidente Executiva

Jonas Ferreira

Diretor Administrativo

Norival Francisco Marques Júnior

Diretor de Negócios

Thiago Francisco de Sena

Diretor de Riscos e Controles

Wagner Aparecido Alguas

Diretor Financeiro

Maria Madalena Fernandes Rocha

Coordenadora do Comitê de Auditoria

Contador

André Luis Marangoni

CRC 1SP191800/0-8

Coordenação Editorial

Conselho de Administração

Diretoria Executiva

Comitê de Auditoria

Assessoria Editorial

Lilian Helena L. de O. Pereira

Tiago Morato Orlandini

Marketing Credicitrus

Revisão Editorial

Emerson Ayres

Cooperativa de Crédito Credicitrus

Rua Prudente de Moraes, 534, Centro,
CEP 14.700-120, Bebedouro/SP

Projeto Gráfico

Agência 4Buzz

Fotos

Arquivo Credicitrus



SICOOB CREDITRUS
Cooperativa de Crédito



credicitrus@credicitrus.com.br

(17) 3345-9000 |  (17) 3344-5020